



GRUPHEIM

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória

1ª Jornada Nacional de Pesquisa:

História da Educação, Imigração e Memória

Anais

15 Anos GRUPHEIM

*José Edimar de Souza
Cassiane Curtarelli Fernandes
Rosemeri Barreto Argenta*

Eliana Rela

Terciane Ângela Luchese

Elisângela Cândido da Silva Dewes

Samanta Vanz

Fernanda Rodrigues Zanatta

Adão Símon dos Santos Garcez

(Organizadores)



GRUPHEIM

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória

**1ª Jornada Nacional de Pesquisa:
História da Educação, Imigração e Memória**

Anais

15 Anos GRUPHEIM

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

*Pró-Reitora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Márcio Miranda Alves
Matheus de Mesquita Silveira
Simone Côrte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese
Thiago de Oliveira Gamba

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru*

Juan Emmerich
*Universidad Nacional de La Plata/
Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
*Universidad Nacional del Centro/
Argentina*

Nathália Cristine Viecei
Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



GRUPHEIM

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória

**1ª Jornada Nacional de Pesquisa:
História da Educação, Imigração e Memória**

Anais

15 Anos GRUPHEIM

© dos organizadores
1ª edição: 2023
Editoração: Igor Rodrigues de Almeida
Capa: Samanta Vanz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

J82a Jornada Nacional de Pesquisa : história da educação, imigração e memória (1. : 2023 set. 12 : Caxias do Sul, RS) Anais [da] 1a Jornada Nacional de Pesquisa : história da educação, imigração e memória [recurso eletrônico] : 15 anos do GRUPHEIM / GRUPHEIM organizadores José Edimar de Souza ... [et al.]. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2023.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-65-5807-261-4

DOI 10.18226/9786558072614

1. Educação - História - Congressos. 2. História - Congressos.
I. Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória. II. Souza, José Edimar de. III. Título.

CDU 2. ed.: 37(091)(062.552)

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560
– Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



GRUPHEIM

Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória

1ª Jornada Nacional de Pesquisa:
História da Educação, Imigração e Memória

15 Anos GRUPHEIM

Anais

José Edimar de Souza

Cassiane Curtarelli Fernandes

Rosemeri Barreto Argenta

Eliana Relá

Terciane Ângela Luchese

Elisângela Cândido da Silva Dewes

Samanta Vanz

Fernanda Rodrigues Zanatta

Adão Simon dos Santos Garcez

(Organizadores)

SUMÁRIO

Apresentação	9
Programação	10

GT 1 – História da Educação e Imigração	13
Uma breve análise em torno da organização das escolas públicas municipais instituídas em Garibaldi/RS (décadas de 20 a 40 do século XX)	14
<i>Cassiane Curtarelli Fernandes</i>	
A diversidade cultural em confronto com as políticas públicas educacionais: Barão e as escolas do período de 1930 a 1960	19
<i>Fernanda Rodrigues Zanatta</i>	

GT 2 – História da Educação e Memória	24
Andaimes do perfil docente: análise de estruturas significantes em entrevistas de egressas do curso normal regional de São Francisco de Paula/RS	25
<i>Dilnei Abel Daros</i>	
EEB Santa Teresinha em Curitiba/RS (SC): 90 anos acendendo a luz do saber	30
<i>José Antunes de Souza Pomieciniski</i>	
<i>Geraldo Antonio Rosa</i>	
Um olhar para a infância: Caxias do Sul/RS: (1946-1956)	33
<i>Elise Testolin De Abreu</i>	
A imprensa pedagógica em prol da educação nas áreas rurais de Caxias do Sul/RS (1947-1954)	38
<i>Elisângela Cândido da Silva Dewes</i>	
<i>José Edimar de Souza</i>	
Cultura material escolar: um olhar para as escolas isoladas de Caxias do Sul (1890 – 1930)	44
<i>Samanta Vanz</i>	
<i>José Edimar de Souza</i>	

Território corpo: a conscientização do corpo feminino como caminho de transformação	50
<i>Natália Eilert Barella</i>	
Educação profissional e a formação do aluno trabalhador em Caxias do Sul	56
<i>Rodrigo Dullius</i>	
Representações da formação profissional: do material ao imaterial	59
<i>Rosemeri Barreto Argenta</i>	
Memórias de egressos de letras sobre o ensino da temática afro-brasileira (2003 – 2023)	64
<i>Betânia Maria Lidington Lins</i>	
<i>José Edimar de Souza</i>	
Acervo documental da Escola La Salle Carmo: uma proposta para organização do patrimônio documental	67
<i>Eliana Relá</i>	
<i>Daiane Pereira Vieira Lima</i>	
Como foi o processo histórico de formação de professores, promovido pelo Curso Normal Assunta Fortini, de Barão, no recorte temporal de 1962 a 1972	71
<i>Fernanda Rodrigues Zanatta</i>	
<i>Terciane Ângela Luchese</i>	

GT 3 – Interlocuções com História da Educação, Imigração e Memória	76
---	-----------

História, memória e educação católica em São Gabriel/RS	77
<i>Carlos Alberto Xavier Garcia</i>	
<i>Mateus Borsatto</i>	
Educação Indígena Kaingang: mediações, histórias e memórias (Canela/RS)	80
<i>Maria Laura Brito Ortis</i>	
Vocação, feminização da docência e relações de gênero: o Colégio Nossa Senhora de Patrocínio/ MG (1928-1971)	91
<i>Alexandre Vítor Castro da Cruz</i>	
A educação de descendentes de italianos na RCI/ RS: algumas pistas de entrevistas	96
<i>Manuela Ciconetto Bernardi</i>	

Cultura escolar de escolas rurais: a colonização alemã no Distrito de Hulha Negra/Bagé (1952-1992)	100
<i>Símone Gomes de Faria</i>	
A invisibilidade de pessoas com necessidades especiais na Escola Estadual de Ensino Médio Bandeirante: Guaporé/RS (1927-1945)	106
<i>Gabriel Henrique Kintope de Oliveira</i>	
<i>Mateus Borsatto</i>	
Processos de escolarização em Flores da Cunha/RS: o Grupo Escolar Frei Caneca (1925-1940)	111
<i>Rafael de Souza Pinheiro</i>	

Apresentação

Essa obra celebra os 15 anos do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Com organização de integrantes do grupo – discentes e docentes do curso do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, conta com a participação de egressos, alunos e professores da UCS e de outras instituições que congregam as suas pesquisas neste espaço de fomento e discussões em torno de diferentes temáticas na linha de História da Educação.

O GRUPHEIM nasceu em 2008, como um espaço para fomentar a pesquisa, compartilhar os percursos e estabelecer o diálogo entre os pesquisadores em História da Educação, também como um meio para o fortalecimento e a difusão dos estudos desenvolvidos no PPGEduc – UCS, bem como para a interlocução com outros grupos/instituições visando ampliar experiências e conhecimentos necessários para as produções científicas na perspectiva histórica.

O objetivo desse momento de celebração é divulgar os resultados de produção de investigações desenvolvidas pelos integrantes e egressos do GRUPHEIM, e também de outros pesquisadores vinculados a diferentes grupos de pesquisa.

Com o propósito de aproximar, estabelecer diálogo e aprofundar a discussão científica no campo de pesquisa, com representatividade em âmbito Nacional, por meio de conferências, painéis e apresentações de comunicação oral.

Te convidamos à leitura dessa obra que é o resultado da congregação de pesquisadores para a celebração dessa que é a 1ª Jornada do GRUPHEIM.

Comissão Organizadora

Programação

- 7h às 9h – Credenciamento
- 9h às 12h – Apresentação de Comunicações Presenciais e através do Google Meet
- 13h às 14h – Acolhida Cultural
- 14h – Abertura
- 14h30min às 16h30min – Conferência de Abertura: **Pesquisar História da Educação, Imigração e Memória: Dilemas e Possibilidades** – Claudia Panizzolo – UNIFESP Mediação: Maria Helena Câmara Bastos – UFRGS
- 17h30min às 19h – Lançamento de Livros
- 19h30min às 21h30 – Painel: **Trajetórias e Tessituras as Relações com a Pesquisa nos 15 anos do GRUPHEIM** – Terciane Ângela Luchese – UCS, Cassiane Curtarelli Fernandes – SMED, Dilnei Abel Daros – Doutor em Educação, Adriano Malikoski – Doutor em Educação e Gisele Belusso – Doutora em Educação. Mediação: Eliana Rela – UCS e José Edimar de Souza – UCS
- 21h30min às 22h – Encerramento

Promoção

- Área do Conhecimento de Humanidades
- Programa de Pós-Graduação em Educação
- Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM)

Carga horária

15 horas

Público-Alvo

Pesquisadores, professores e acadêmicos integrantes do GRUPHEIM e de instituições cuja temática esteja relacionada com os objetivos do evento.

Local

A atividade ocorrerá no Auditório do Bloco E, Campus-Sede. Apresentação de Comunicações serão conduzidas em formato híbrido, ou seja, tanto presencialmente quanto online, através do Google Meet.



GRUPOS DE TRABALHO

GT 1 – História da Educação e Imigração

O GT tem por objetivo promover discussões acerca da História da Educação em contextos de imigração e migração, sobretudo as relacionadas ao GRUPHEIM. Acolhendo trabalhos que abrangem: interfaces nas políticas educacionais, sociais e econômicas, inclusão escolar, gênero, diversidade e questões étnico-raciais, as relações educação-escola-sociedade, práticas pedagógicas históricas e contemporâneas, epistemologias de pesquisa que contribuem para o debate contemporâneo da educação, cultura escolar, violência na escola e a cultura da paz, e formação humana crítica como forma de emancipação.

UMA BREVE ANÁLISE EM TORNO DA ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS INSTITUÍDAS EM GARIBALDI/RS (DÉCADAS DE 20 A 40 DO SÉCULO XX)

Cassiane Curtarelli Fernandes
Doutora em Educação
Universidade de Caxias do Sul e SMED de Carlos
Barbosa

Além das escolas confessionais e paroquiais, havia outras iniciativas de escolarização no município de Garibaldi, entre elas, as escolas particulares italianas, as escolas apoiadas pelo governo italiano e as escolas públicas, subvencionadas pelo governo municipal e estadual. Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo compartilhar uma breve análise em torno da organização das escolas públicas municipais em Garibaldi, ao longo das décadas de 20 a 40 do século XX. Estas escolas estiveram presentes em todo o território municipal, sobretudo em meio a zona rural, onde se mantinha traços étnicos, pois a instalação destas instituições, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) teve, entre outros propósitos, a nacionalização, e os prefeitos assumiram essa responsabilidade empreendendo diversas medidas para disseminar o ensino e a cultura nacional. Analisando os Relatórios dos Intendentes de Garibaldi Manoel Marques da Silva Acauan (1920, 1922) e Jacob Nicolau Ely (1926, 1928), como também as publicações do Jornal *Staffetta* (1926, 1929), se pode perceber que o número de escolas foi ampliado ano após ano, chegando, em 1930, com 46 escolas subvencionadas e distribuídas entre a sede e os três distritos existentes no município. Neste mesmo ano, havia 16

aulas na sede, abarcando a região central e a zona rural; 10 aulas no 2º Distrito Carlos Barbosa, 9 aulas no 3º Distrito Floriano Peixoto e 12 aulas no 4º Distrito Ipiranga. A partir destes dados, penso que a prefeitura, juntamente com o Estado, agiu de forma ativa na organização de escolas em todo o território municipal, sendo a instrução pública uma preocupação de todas as administrações, como é possível inferir a partir dos Relatórios dos Intendentes e Prefeitos. Cabe inferir, que muitas dessas escolas se mantiveram até o final do século XX. Funcionaram, na grande maioria, em espaços improvisados, contando com uma sala e com uma turma que abrigava alunos(as) com diferentes idades e níveis de ensino. Em 1933, foi criado o Regulamento para as escolas públicas municipais, acondicionando o Programa de Ensino, início e término do ano letivo, período de aula, atribuições do inspetor escolar e dos professores, bem como disposições gerais acerca da admissão, suspensão e demissão do professorado. No mesmo ano, o Prefeito Dormelindo de Oliveira, estabeleceu um curso de férias, que tinha como função “melhorar os conhecimentos dos professores, adaptando-os aos modernos métodos de ensino” (GARIBALDI, 1935, p. 7). A formação ocorreu em janeiro de 1934, sendo ministrado por Flausina Guilloux, aluna mestra formada pela Escola Complementar de Porto Alegre. Por meio de ações destacadas no Relatório, infiro que o Tenente Dormelindo de Oliveira foi um dos Prefeitos que mais se ocupou com as causas da educação municipal. É válido frisar que a criação do regulamento para as escolas públicas, incluindo a atenção com o magistério municipal, estava em comum acordo com as várias medidas adotadas pelo governo gaúcho para organizar a educação rio-grandense nesse período. Se pode dizer que a educação, na gestão do Prefeito Vicente Dal Bó (1935-1942), também foi uma prioridade, uma vez que ampliou o número de escolas municipais, passando para 84 unidades em 1940, entrevistou junto ao Estado para a instalação três novos grupos escolares e para a edificação de um novo prédio para o

antigo Grupo Escolar Carlos Gomes. Ademais, um dos grandes feitos de sua administração foi a obrigatoriedade do ensino primário municipal, em 1939, estabelecendo penalidades severas para os pais que não matriculassem os seus filhos em idade escolar – mais de 07 e menos de 12 anos. Dal Bó ficou conhecido por ser o primeiro prefeito brasileiro a tomar tal iniciativa e, entre os principais motivos para tal, estava: a obrigatoriedade do ensino na Constituição Federal, o número de escolas suficientes para atender toda a população em idade escolar, a necessidade de coagir a população infantil da zona rural a frequentar escolas, a disseminação do idioma nacional entre as populações coloniais e a preocupação com a alfabetização local. Como se percebe, a obrigatoriedade do ensino primário municipal, em 1939, estava vinculada ao contexto político e educacional do período, marcado pelo Estado Novo (1937-1945) e pela campanha de nacionalização do ensino, visando atingir especialmente as comunidades rurais que mantinham características étnicas, principalmente alemã e italiana; uma vez que “a escola foi chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, sendo simultaneamente um elemento de exclusão de processos étnicos”, como explica Kreutz (2014, p. 166). Para melhor preparar o professorado, também foi instituída uma Semana de Estudos, anualmente, sempre na primeira quinzena do mês de janeiro. A análise dos Relatórios do Prefeito Municipal Olinto F. de O. Freitas (1943, 1944, 1945) permite enunciar que, nos próximos anos, o quadro da educação municipal se manteve aproximadamente com o mesmo número de escolas. Em 1943, houve um concurso para seleção de professores e, ao longo do ano, reuniões de estudo, visando a melhoria da linguagem dos professores (GARIBALDI, 1944), o que induz a pensar que muitos destes docentes eram de origem étnica. Partindo da ideia de que a língua unifica o país, era preciso corrigir “as falas, os linguajares e os sotaques regionais”, começando por quem estava à frente da sala de aula (BOTO, 2014,

p. 113). Assim como nos grupos escolares, foram organizadas algumas instituições auxiliares de ensino, como: *Caixa Escolar*, *Biblioteca do Professor*, *Horta Escolar*, *Museu Escolar* e *Círculo de Pais e Mestres*. A merenda escolar era trazida de casa pelos alunos(as). No ano de 1944, a matrícula era de 2.895 alunos nas escolas do município. No mesmo ano, foi criado um projeto de decreto-lei com vistas a reajustar os valores pagos aos servidores, ao passo que “os vencimentos propostos ainda não satisfazem, achando-se em desacordo com a natureza do trabalho e condições intelectuais que devem ser exigidas” (GARIBALDI, 1945, p. 10). Por fim, a partir dos dados acima, entendo que, aos poucos, estas escolas públicas foram constituindo o início da rede escolar municipal em Garibaldi. Destaco a ampliação do número de escolas isoladas que se dá, sobretudo, ao longo das décadas de 30 e 40 do século XX, uma vez que, neste período, a educação foi vista como uma prioridade, pois, através dela, seria possível aculturar as populações “estrangeiras” com o ensino do idioma e da cultura pátria.

Referências

BOTO, C. A liturgia moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista de História da Educação**, Porto Alegre, v.18, n. 44, p. 99-127, set./dez. 2014.

GARIBALDI. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. General José Antonio Flores da Cunha, D.D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Prefeito de Garibaldi Dormelindo de Oliveira, em 1935. 12 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GARIBALDI. Relatório do exercício de 1943, apresentado ao Exmo. Sr. Ten. Cel. Ernesto Dornelles, D. D. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. Garibaldi, 1944. 46 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GARIBALDI. Relatório do exercício de 1944, apresentado ao Exmo. Sr. Ten. Cel. Ernesto Dornelles, D. D. Interventor Federal, pelo Prefeito Olinto F. de Oliveira Freitas. Garibaldi, 1945. 31 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

KREUTZ, L. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *In*: QUADROS, C. (org.). **Uma gota amarga**: itinerário da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. p. 153-190.

A DIVERSIDADE CULTURAL EM CONFRONTO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: BARÃO E AS ESCOLAS DO PERÍODO DE 1930 A 1960

Fernanda Rodrigues Zanatta
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

O presente texto apresenta as conclusões do estudo do Curso de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em Educação, na Universidade de Caxias do Sul, na linha de pesquisa em História e Filosofia da Educação, que teve como orientador o professor Dr. Lúcio Kreutz e foi intitulado “Diversidade Cultural e Políticas Públicas Educacionais: A Proposta Educacional de Barão/RS de 1930 a 1960” (ZANATTA, 2011). O estudo investigou a história educacional do município de Barão/RS, apresentando as primeiras iniciativas escolares implantadas por descendentes de imigrantes alemães e italianos, destacando as práticas educacionais de alunos e professores. O objetivo central foi analisar como as políticas públicas educacionais levaram em consideração a cultura local, a partir da transição das escolas étnicas para as escolas públicas, no município de Barão/RS, de 1930 a 1960.

O local desse estudo, o município de Barão, na Região do Vale do Caí, contempla uma multiplicidade de culturas que aqui convivem, as quais enriquece e contribui para o desenvolvimento do município, pois, segundo Kreutz (1998) estas, se cultivadas enriquecem os costumes, festejos e a gastronomia local. Segundo o pesquisador (KREUTZ, 1998) a Identidade étnico-cultural é fonte de sentido e de construção do real e, portanto deve ser valorizada, a fim de ser compreendida como base histórica e social. Foi obser-

vando exatamente as vivências dos estudantes que foram avaliadas as práticas escolares, evidenciando como a cultura étnica se entrelaça com a cultura pedagógica, sendo assim concordo com Kreutz (1998) quando diz que o étnico influi na organização da vida social, e se apresenta nos símbolos, assim como também nas representações.

Como o município de Barão é colonizado por descendentes de imigrantes e até hoje conservam-se características nos costumes e na cultura da população, foi analisada a relação desta cultura com a proposta educacional. Foram observados os espaços dados para o cultivo e a continuação das manifestações culturais. Kreutz colabora com essa ideia ao afirmar que a etnia é uma das categorias em educação e utilizá-la significa compreender que o pertencimento étnico faz parte da construção e processo histórico. (KREUTZ, 1998).

Muitas pesquisas já foram realizadas sobre imigrantes alemães e italianos nesta região, mas não há publicações sobre os reflexos das especificidades culturais da região nas políticas públicas e na proposta educacional. Busquei responder como se deram as relações dos grupos étnicos e seus movimentos culturais na vida em comunidade e como está definida a identidade cultural no município de Barão, bem como a interação destes movimentos na proposta educacional.

A escola foi e é um espaço privilegiado para estender as relações sociais e culturais da comunidade, pois há um ganho pedagógico quando se aborda as diferentes tradições e narrativas que compõem a identidade nacional (KREUTZ, 1998) e a compreensão das distintas narrativas, as histórias locais e as memórias que não foram levadas as cenas históricas, mas sim que foram excluídas nas leituras e interpretações dominantes.

Contemplou-se as políticas públicas educacionais ao modelo já estabelecido na região por descendentes de imigrantes, sensibilizando para as questões que envolvem a

cultura e suas representações, bem como para as necessidades da preservação cultural, tendo a escola como entidade de apoio para preservar. Neste estudo, foi possível conhecer e discutir as práticas e políticas educacionais realizadas nas escolas étnico comunitárias e valorizar as histórias das comunidades, das unidades de ensino e as culturas regionais. Para tanto considerou-se as manifestações culturais dos imigrantes verificando se estavam presentes na implantação das políticas públicas educacionais, a partir do processo de nacionalização do ensino. Foi necessário contextualizar o período histórico escolar compreendido entre 1930 a 1960, analisando como se deram as políticas educacionais nesse período de forma geral, em nível de Brasil e de Estado e em específico em nível de região e do espaço geográfico que hoje compreende o município de Barão. Barão é dividido em diferentes comunidades. Ainda nessa divisão, foi considerado para uma melhor análise, a divisão do município de Barão na região central, a região que compreende comunidades que têm descendentes de imigrantes alemães e a região que compreende as comunidades de descendentes de imigrantes italianos. Dessa forma, foi analisada cada comunidade e suas iniciativas escolares, observando a relação que se dá entre as políticas públicas educacionais e o planejamento educacional com a tradição e história cultural da população do município de Barão/RS, onde predomina a cultura dos imigrantes europeus que colonizaram esta região

A pesquisa delimita-se no recorte temporal de 1930 à 1960, período atravessado por muitas mudanças na política educacional brasileira e que afetou a educação, assim como o município de Barão, pois neste período ocorreu a transição da escola étnica para a escola pública, seguindo as determinações legais.

Os conceitos de representação e apropriação estiveram implícitos nas iniciativas e práticas escolares dos imigrantes e dos processos comunitários implantados.

Através da perspectiva da História Cultural, a análise dos documentos e dos indícios proporcionou a interpretação e a reconstrução de alguns tempos e espaços escolares. A dissertação tratou de práticas escolares dos imigrantes, sendo a língua o aspecto mais marcante, políticas nacionalistas, escolas públicas étnico-comunitárias.

Como metodologia foi feito o uso da memória oral, por meio de entrevistas e a análise de relatos orais de ex-alunos e professores. Também foram utilizadas para compor o corpus da pesquisa fontes documentais dos acervos escolares, como livros – atas de exames finais, termos de visita de inspetores, diários de classe, entre outros, serviram como método de pesquisa, a fim de coletar dados sobre a educação baronense no período estudado e que serviu para sistematizar as informações coletadas e traçar um perfil do histórico baronense no período analisado nesta pesquisa.

Durante a pesquisa foi essencial estar confrontando os dados históricos com a legislação educacional dentro do período estudado para a compreensão dos movimentos escolares e o reconhecimento das manifestações culturais dos imigrantes e descendentes e como se deu ou não a valorização dessa cultura através do espaço escolar, assim como a implantação de políticas públicas educacionais foi considerada para responder às questões iniciais. A investigação e o mapeamento do cotidiano escolar, incluindo iniciativas e proposta das escolas étnicas até as escolas públicas na atualidade, foi bastante importante para a compreensão da relação escola-cultura e assim compreender como era o ensino nas escolas étnicas, nas diferentes comunidades do município de Barão. Ou seja, foi realizada uma análise das diferentes manifestações culturais sob a ótica da cultura escolar, do passado recente.

Foram definidos e utilizados conceitos da história cultural (Pesavento, 2003) cultura, pertencimento étnico (Kreutz, 1998), interculturalidade, identidade e diversidade cultural. A pesquisa reconstitui parte da história e da

história da educação da região de Barão/RS, através da dinâmica escolar dos imigrantes e seus descendentes e a partir dela poderão se conhecer melhor o passado recente, a influência dos imigrantes na região e no país e compreender melhor a dinâmica escolar de hoje, podendo projetar políticas educacionais para um futuro que contemple e valorize cada vez mais os processos históricos e culturais da população brasileira.

Referências

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. In: **XXII ENCONTRO ANUAL DA AMPOCS**. Caxambu, 1998.

ZANATTA, Fernanda Rodrigues. Diversidade cultural e políticas públicas educacionais: a proposta educacional de Barão/RS de 1930 a 1960. 2011. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

GT 2 – História da Educação e Memória

O GT tem o objetivo promover diálogos, fomentar reflexões e compartilhar experiências de pesquisa sobre as migrações e a educação em diferentes temporalidades, espacialidades, tratamento teórico, metodológico e fontes de memória.

Contempla temáticas como: trajetórias de educandários étnicos, confessionais, paroquiais e particulares, currículos e livros didáticos, políticas educacionais, histórias de vida, trajetórias de educadores e de egressos, de patrimônio histórico, representações e inserções culturais; práticas de preservação e educação patrimonial, identidades étnicas e alteridade nos deslocamentos migratórios e diásporas, aspectos políticos, no que tange as políticas imigratórias, cidadania, organizações étnicas e associativas, inserção dos imigrantes nos espaços rurais e urbanos, migrações na atualidade, exilados e refugiados, entre outros temas correlatos.

ANDAIMES DO PERFIL DOCENTE: ANÁLISE DE ESTRUTURAS SIGNIFICANTES EM ENTREVISTAS DE EGRESSAS DO CURSO NORMAL REGIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS

Dilnei Abel Daros
Doutor em Educação
UNIFACVEST

O ambiente formativo existente no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula desde sua abertura em 1953 e sua modificação de categoria em 1962 apresentou características vinculadas com vários aspectos, entre eles o significado de uma identidade docente para as normalistas que de lá saíram formadas como Regentes de Ensino Primário, amparadas pelo Decreto Lei nº 8530 de 02 de janeiro de 1946. Essa escrita apresenta uma análise realizada a partir das entrevistas com egressas do referido curso, na intenção de identificar vestígios em suas falas que pudessem contribuir com elementos alinhados ao gerar de um perfil docente a partir do período de 4 anos de formação naquele ambiente. A possibilidade de reconhecer nas entrevistas realizadas com as normalistas daquele período traços que pudessem ter origem na passagem naquele ambiente de formação profissional docente é o objetivo que permeia essa escrita e se alinha ao Grupo de Trabalho nº 2 “História da Educação e Memória”, no sentido que abre espaço para fomentar reflexões alinhadas com trajetórias de educadoras e egressas também afinado a histórias de vida e de certa forma, considerando a função do Curso Normal Regional, com políticas educacionais naquele período. A abordagem teórica esco-

lhida envolveu o campo que pudesse corroborar o processo formativo relacionado com a profissão docente, a cultura escolar em sua produção e reprodução vinculada àquele ambiente formativo, as percepções no âmbito de uso das memórias e os encadeamentos na história cultural e da educação. Nesse sentido as contribuições de autores (as) como Nóvoa, Tardiff, Lessard, Julia, Elias, Pollack, Alberti, Errante, cada um em seu segmento entre outros (as) foram importantes na elaboração dessa escrita, visto que seus estudos conversam nas temáticas aqui abordadas e mencionadas anteriormente. Os pressupostos que nortearam essa produção foram observados a partir da organização documental e principalmente de arquivos de entrevistas realizadas com egressas do Curso Normal Regional de São Francisco de Paula/RS das décadas de 50 e 60, durante a escrita de tese para doutoramento em educação pela Universidade de Caxias do Sul-UCS, entre os anos de 2018 e 2020. Como menciona Alberti (2005, p. 23) em relação a fontes, “produzimos deliberadamente, através de várias etapas, o documento que se torna fonte”. O tratamento das entrevistas na época foi realizado a partir da elaboração de categorias que respondessem objetivos específicos daquele estudo relacionado ao percurso formativo das normalistas em sintonia com Errante (2000, p. 167) que afirma: “a voz da narrativa da história oral não somente emerge da relação entre história e biografia, o pessoal e o coletivo do narrador”. Entre as categorias elencadas então, uma delas foi nomeada de “andaimes do perfil docente”, pois se alinhava aquilo que sustentava a própria existência do ser/estar professora, como indica Julia (2001, p. 10) “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, e nessa escrita é apresentada indicando as considerações observadas em relação aos elementos que conservaram a formação durante o curso e o início da docência, como a aceitação das dificuldades tanto durante a formação e depois na atuação, inspiração no percurso formativo como significativo, a modelagem profissional e

os desafios relevantes no momento de assumir vagas em locais isolados naquela região e década, o que Tardiff (2014, p. 64) escreve como os lugares sociais por onde transitam essas profissionais “e os diversos saberes dos professores estão longe de serem produzidos diretamente por eles, que vários deles são de um certo modo ‘exteriores’ ao ofício de ensinar”. Nesse sentido percebeu-se indicativos em falas como da professora Noemy quando menciona “eu acho que toda minha vida profissional eu fui inspirada por esse desafio inicial de carreira”, aqui relacionando o desafio com o próprio Curso Normal Regional, assim como quando a professora Lia se manifesta refletindo sobre quem se tornou no campo da educação “antes de conversar contigo eu estava pensando...o que é que veio primeiro?...a posição que eu tenho hoje na educação? Eu penso que sim...onde foi que eu consegui isso?...depois de ter feito o curso de mestrado?...aí eu me lembrei...não, eu construí ao longo da prática que eu exerci na escola, tá”, remete ao que Nóvoa (1995, p. 17) descreve: “personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também inevitavelmente, agentes políticos”. Essa “silhueta” docente se apresenta em muitos momentos da carreira de maneira consciente/inconsciente os respingos do ato formativo diluído sua prática educacional e de cidadã também, novamente referendando Nóvoa (1995, p. 19) quando indica esses sinais “exerce-se a partir da adesão colectiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores”. Seguindo nas observações que deram sustentação para essas docentes, a senhora Vanilda em uma de suas falas rememora o envio para uma escolinha em beira de estrada onde passou a trabalhar e residir sozinha “eu quase deixei o couro lá naquela estrada naquela vez... agora a rota do sol está organizada bonita... esses dias eu passei e nem olhei para a minha escolinha que ainda está lá de tanto trabalho que eu passei lá”. Nesse sentido, a formação profissional/pessoal como processo continuou fora do ambiente do Curso Normal Regional onde percebe-se

uma naturalidade da perspectiva mulher docente naquilo que Elias (2011, p. 71) se refere como “comportamento socialmente aceito”. Os perigos, insegurança e exposição ficam claros na sequência de sua fala quando a professora diz: “passei muito medo, eu morava sozinha na escola”. As incertezas também estavam atreladas com ausência de suporte financeiro regular por parte do poder público, que era o responsável tanto pela elaboração e direcionamento das políticas educacionais, quanto pelo envio de recursos para as professoras nomeadas a partir de sua designação. Entretanto, também se observam sinais nas falas das entrevistadas sobre esses itens como “no início da minha carreira eu recebia com 9 meses de atraso e eram em brisoletas que a gente trocava no comércio que descontava de 10 a 30%”, como lembrou a professora Zaíra. Ao mesmo tempo que as dificuldades eram latentes, observa-se que com a passagem dessas normalistas naquele ambiente formativo desencadeou uma potência em agir que respingava nos cotidianos que assumiam como uma extensão dos aprendizados que Tardiff e Lessard (2013, p. 13) exemplificam afirmando nessa relação profissional “uma ocupação tradicional e em continuidade com o passado, uma espécie de ofício artesanal”. Percebe-se uma forma de interação ou de transitar dessas docentes entre fortes paradoxos da própria constituição profissional e da prática, pois há existência de dificuldades extremas e ao mesmo tempo se identifica uma relação afetiva “eu tenho muita recordação, nunca esqueço, até sonhar eu sonho” (Nair), “eu já era casada e tinha filhos quando fui pro Regional... eu gostava da profissão” (Andradina), “nós tínhamos turmas maravilhosas... sabe aquele ambiente que tu se sente bem... aquilo me marcou muito” (Maria Lúcia), onde se permite identificar nessas memórias aquilo que Pollack (1989, p. 13) chama de “lugar social”, aquele espaço no passado formativo dentro do Curso Normal Regional onde cada egressa esteve e ainda se “enxerga”. A partir das análises, percebeu-se nas falas que havia o entrelaçamento entre a força da influência forma-

tiva de uma cultura profissional gerada no Curso Normal Regional, vinculada com a representação da normalista como agente da política educacional, o que de certa forma atenuou o cotidiano de significativas dificuldades que essas jovens formandas encontravam ao serem enviadas para escolas do interior daquela região, naquelas décadas.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? histórias orais e modos de lembrar e contar. história da educação, **ASPHE/FAE/UFPEL**, Pelotas, n. 8, p. 141-174, set., 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, jan./jun. 2001.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antonio. **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIFF, Maurice. LESSARD, Claude. (Orgs.). **O Ofício de Professor história: perspectivas e desafios internacionais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

EEB SANTA TERESINHA EM CURITIBANOS (SC): 90 ANOS ACENDENDO A LUZ DO SABER

José Antunes de Souza Pomiecinski
Universidade de Caxias do Sul
Doutorando em Educação

Geraldo Antonio Rosa
Universidade de Caxias do Sul
Doutorando em Educação

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar a contribuição da Instituição Escolar Santa Teresinha, no município de Curitiba, Estado de Santa Catarina. Atendendo ao chamado do Bispado de Lages (Dom Daniel Hostin), associado aos interesses dos franciscanos que atendiam a Paróquia de Curitiba desde há muitos anos antes, em 1933, um pequeno grupo de freiras da Congregação das Irmãs da Sagrada Família desembarcou nesta cidade para atuar no então carente setor educacional. A incipiente escola confessional de instrução primária, autorizada pela *Instrução Pública 1794 de 27 de maio de 1933* que começara a funcionar como estabelecimento particular, já no ano seguinte teve a sua manutenção assumida pelo Estado, sendo transformada em *Grupo Escolar Arcipreste Paiva*. A partir daí, a escola ampliou a oferta para o nível secundário, criou o curso normal, e veio a ser uma das poucas em Santa Catarina que se manteve em funcionamento ininterrupta e permanentemente conveniada com o Estado, atravessando impune e ileso todas as crises institucionais da história política catarinense, assim se revelando um fenômeno que merece ser levado em consideração. Em 90 anos, o “Santa Teresinha”

certificou e formou milhares de jovens curitibanenses, muitos dos quais se destacaram como importantes agentes públicos no Estado e outros tantos se revelaram notáveis empreendedores na iniciativa privada, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico de Curitiba e de outros municípios do Planalto Central Catarinense. Esse trabalho buscou compreender como chave problemática a contribuição do estabelecimento de ensino hoje denominado “Escola de Educação Básica Santa Teresinha” para o desenvolvimento do Município de Curitiba e da região do Planalto Central Catarinense durante os quase cem anos da sua existência. Essa é a questão que nos mobiliza à investigação científica sobre uma das escolas mais tradicionais e importantes do interior do Estado de Santa Catarina e que neste dia 27 de maio completou 90 anos. Com a chegada das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família, a pedido do bispado de Lages, que previa ser difícil alguma congregação feminina vir para um lugar sem estrada, sem recursos, abandonado em todos os sentidos, com auxílio dos frades franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Brasil, principalmente Frei Justino Girardi, no ano de 1933, que dirigindo-se a Curitiba, tratou com a Madre Provincial das Irmãs da Sagrada Família, conseguindo as Irmãs Felícia, Irene e Isidora. No seu início era uma instituição particular, confessional, de nome Santa Teresinha. No ano de 1934, passou a ser mantida pelo Estado recebendo o nome de Grupo Escolar Arcipestre Paiva. O processo de construção teve um marco importante no ano de 1937 com a inauguração solene. A Escola de Educação Básica Santa Teresinha no decorrer de sua história, teve várias denominações: Grupo Escolar Arcipestre Paiva, Escola Básica Arcipestre Paiva, Colégio Estadual Arcipestre Paiva, Colégio Estadual Santa Teresinha, e por fim Escola de Educação Básica Santa Teresinha. Isso, sem contar com os cursos que eram oferecidos juntamente com o Ensino Fundamental mantidos pelo Estado, como o Curso de Formação de Professores: Ginásio Normal Regional

Professor Egídio Abade Ferreira, em 1942; Curso Normal Santa Teresinha (1962), mantido em Rede Particular até 1989 e o Jardim de Infância Santa Teresinha, mantido pela Associação de Maria, até aos dias de hoje. Por ocasião dos 80 anos da unidade escolar realizamos duas significantes entrevistas, a primeira, com Nelson Sbravati (*in memorian*), aluno da Escola Isolada de Curitibaanos – Profa D. Zeca Amorin, antes do ‘nascimento’ da Escola Santa Teresinha. Estava no 4º ano quando veio ao Grupo escolar Arcipestre Paiva com as Irmãs Felícia, Irene e Isidora, educandário com visão moderna em 1934. Também, com o senhor Ivadir Almeida (*in memorian*) que foi o primeiro aluno menino, relatando a dificuldade em estudar fora. Seu pai se empenhou com Frei Justino para que trouxesse as freiras para guiar o Colégio (1933). A Religião sempre foi muito importante e respeitada aqui em Curitibaanos. As Irmãs da Sagrada Família foram a mola propulsora para a Educação em Curitibaanos e para seu desenvolvimento. Neste ano de 2023, a Escola está realizando atividades festivas referentes aos seus 90 anos. Hoje ela é dividida em particular com o nome Centro de Educação Santa Teresinha e EEB Santa Teresinha com turmas de Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Curso de Magistério.

Referências

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites:** o ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. (Org.). **Mosaico de Escolas:** Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

UM OLHAR PARA A INFÂNCIA: CAXIAS DO SUL/RS (1946-1956)

Elise Testolin De Abreu

Mestra em Educação

Professora da Rede Municipal de Caxias do Sul

Este estudo versa sobre uma política pública voltada para a primeira infância, instituída no bairro Guarani, atualmente denominado bairro Nossa Senhora de Lourdes: a criação do Jardim de Infância do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer (GEHEM), em 1946, e do parque infantil Monteiro Lobato, inaugurado em 1953. O objetivo deste estudo foi analisar os prelúdios das políticas públicas para a primeira infância no município de Caxias do Sul no período de 1946 a 1956.

A investigação procedeu com o seguinte problema: Quais as iniciativas relacionadas à educação pública voltadas para a primeira infância nas décadas de quarenta e cinquenta no município de Caxias do Sul?

O presente estudo é um recorte da pesquisa de mestrado “O Jardim de Infância do Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer de Caxias do Sul/RS (1946 a 1956)”, que teve como objetivo analisar os processos de escolarização desenvolvidos no Jardim de Infância do GEHEM, a partir de memórias e documentos, compreendendo os sentidos atribuídos à infância no município de Caxias do Sul/RS. O recorte temporal adotado foi de 1946, ano de criação do jardim de infância, a 1956, data estipulada pelo fato de encontrar sujeitos que concordaram em conceder entrevista para a pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa na ótica teórica da História Cultural, fundamentando-se em Roger Chartier (1988; 2001), Peter Burke (1992; 2008), além de diálogos com a obra de Bastos (2001; 2011; 2017), entre outros. Utilizou-se da metodologia da História Oral, com roteiro de questões, e da Análise

Documental histórica, considerando leis, decretos, jornais locais, fotografias acessadas em diferentes arquivos.

Caxias do Sul, município da Serra Gaúcha, teve sua formação a partir de uma política imigratória brasileira, a de povoar terras devolutas, com mão de obra europeia, no final do século XIX. O processo migratório europeu deu-se na região a partir de 1875, com a chegada dos imigrantes italianos. A partir de 1930, houve mudanças no nível das indústrias caxienses. Desse modo, com o desenvolvimento da indústria, a população urbana cresceu rapidamente, assim como a cidade, exigindo uma organização e mudanças na área urbana por meio de planejamento da infraestrutura para atender às demandas da população.

É com a criação do jardim de infância no GEHEM, em 1946, e com a construção do Parque Infantil Monteiro Lobato, no ano de 1953, que a primeira infância ocupa um lugar de destaque nos projetos políticos do município.

O primeiro parque infantil de Caxias do Sul foi projetado e instalado próximo à escola pública GEHEM e à fábrica Metalúrgica Abramo Eberle Sociedade Anônima (MAESA), no bairro Guarani, atual bairro Nossa Senhora de Lourdes, que estava se constituindo como um bairro operário, localizado em uma região da cidade planejada para receber construções significativas, que representam o desenvolvimento e a modernidade do cenário urbano caxiense no período investigado. O parque Monteiro Lobato teve como objetivo atrair a população para atividades de lazer ao ar livre, com foco na educação, na literatura e no convívio entre vizinhos e moradores das redondezas. Para atender as crianças menores, o parque estava organizado com balanços, gangorras, rodas, caixas de areia e escorregadores; para o público em geral, com quadras para prática de futebol, vôlei e basquete; para os simpatizantes de atletismo, com argolas e barras de diferentes alturas. Além disso, o espaço abrigava uma biblioteca infantil.

Já em nível de Brasil, os primeiros parques infantis foram criados na cidade de São Paulo no decorrer da década de 1930. Contextualizando o período, o país estava na Era Vargas (1930-1945), momento de transformações políticas, sociais e culturais e de profundas reformas na esfera educacional. Nessa mesma época, as tensões sociais e os conflitos intensificaram-se, culminando no golpe deflagrado por Getúlio, que implantou o denominado Estado Novo (1937-1945). O estado de São Paulo, no período que antecedeu a Revolução de 1930, desenvolveu-se em virtude da acumulação do capital, da ampliação do mercado interno, da imigração e da adoção do trabalho feminino e infantil assalariados. A classe operária paulista, com a crescente urbanização e industrialização, teve suas condições de vida e trabalho acirradas. Os Parques Infantis foram construídos nos bairros operários e industriais da cidade de São Paulo, com o objetivo de atender os filhos das famílias operárias paulistanas, iniciativa pioneira na organização da educação infantil pública.

Da mesma forma, na capital gaúcha, Porto Alegre, no ano de 1926, é inaugurado o primeiro Jardins de Recreio, que, nos anos seguintes, se multiplicaram nos espaços das praças da cidade. Essa proposta tinha fundamentos semelhantes aos dos Parques Infantis de São Paulo. Segundo Mayboroda (2017), os Jardins de Recreio possuíam salas de aula para o jardim de infância, área externa com brinquedos de balanço, escorregador, gangorra, cancha de bola ao cesto, voleibol, baseball, caixa de areia e biblioteca. Eram considerados como complemento às escolas, por isso, eram construídos próximos às instituições escolares.

Evidencia-se uma semelhança da história local com as histórias de São Paulo e de Porto Alegre, tanto em relação à criação dos jardins de infância como à dos parques infantis, oriundos de um planejamento urbano.

Em relação à análise das práticas desenvolvidas no Jardim de Infância do GEHEM, no período de 1946 a 1956,

a partir das memórias dos ex-alunos, foi possível perceber a presença de alguns princípios estruturantes da Educação Infantil nas práticas do jardim: o brincar, o educar e o cuidar na perspectiva das práticas de higiene; o cotidiano do jardim permeado pelas práticas de nacionalização do ensino, principalmente nos momentos de festas, nos desfiles cívicos e nas comemorações de datas cívicas; a presença do catolicismo, nas práticas desenvolvidas, na hora da oração, na contação de história e nas comemorações de datas como a Páscoa e o São João; o rito de passagem com a festa da formatura, transição para outra etapa da Educação, simbolizando a autorização para seguir em frente.

Esta pesquisa possibilitou refletir sobre a história da Educação Infantil nessa localidade e os modos como a infância, desde a década de 1940, estiveram nos projetos e horizontes políticos do município.

Referências

- ABREU, Elise Testolin de. **O Jardim de Infância do Grupo Escolar Henrique Emilio Meyer de Caxias do Sul/RS (1946-1956)**. 2021.138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, 2021.
- BASTOS, Maria Helena Camara. **A educação do homem / Friedrich W. A. Froebel**. Trad. Maria Helena Camara Bastos. Passo fundo: UPF, 2001.
- BASTOS, Maria Helena Camara. **Manual para os jardins de infância**: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.
- BASTOS, Maria Helena Camara. De jardineira para a jardineira: orientações didático-pedagógicas para a educação pré-primária (Revista do Ensino/RS, 1951-1963). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 63-80, set./dez. 2017.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. **Os jardins de recreio de Porto Alegre/RS**: uma análise da relação entre a política pública e a constituição de uma Educação na República (1920 a 1950). 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2017.

A IMPRENSA PEDAGÓGICA EM PROL DA EDUCAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS DE CAXIAS DO SUL – RS (1947-1954)

Elisângela Cândido da Silva Dewes
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

José Edimar de Souza
Doutor em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Este estudo é uma síntese da investigação da autora, realizada durante o curso de mestrado em Educação, pela Universidade de Caxias do Sul, defendida no ano de 2019, que teve como objeto de pesquisa um jornal produzido pela Diretoria de Instrução Pública de Caxias do Sul, intitulado de *Despertar*, com circulação no recorte temporal de 1947 a 1954.

A investigação foi apoiada na perspectiva da História Cultural, fundamentada em conceitos como o de representação e prática. E, como aporte metodológico, utilizou-se a análise documental histórica, a partir do cotejamento das 53 edições do referido documento da imprensa pedagógica, com outras fontes documentais, como por exemplo: Programas do Ensino Público Municipal, Relatórios da Diretoria de Instrução Pública Municipal, Relatórios da Administração Municipal, Legislações e a transcrição de entrevistas realizadas por pesquisadores locais com docentes da região. Os documentos foram acessados a partir dos acervos do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, do Instituto Memória Histórica e Cultural da UCS e do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Para a análise foi considerado o conteúdo escrito, imagens, logotipo e diagramação do jornal.

A investigação teve como objetivo analisar os possíveis sentidos concebidos a partir do contato da comunidade rural com o conteúdo do jornal *Despertar*, buscando-se compreensões acerca das representações sobre a educação rural e orientações educativas que foram propagadas para os sujeitos que viviam nessas localidades. Tendo como premissa a concepção de que os textos mostram perspectivas semânticas que se insinuam sobre a experiência, e a partir delas permitem a construção de representações que podem ser acolhidas ou compulsórias advindas de um dado universo social. (CHARTIER, 1988).

Nesse sentido, olhar para as representações disseminadas buscando compreensões acerca das possíveis leituras feitas, a partir da habilidade de cada leitor, ou das estratégias de mediação realizadas, que pudessem conferir um sentido entre o que era divulgado e o praticado, percebendo as possíveis intenções de transformar as práticas e, a partir de um exercício em grupo, promover a apropriação de uma nova ou diferente ordem vigente.

A pesquisa partiu de um empreendimento em acervos e em escolas, considerando-se como critério a antiguidade das instituições, para a localização de exemplares produzidos pela direção, alunos, entidades de classe ou órgãos públicos. Desse trabalho emergiram as seguintes fontes: Folha da Escola; A Voz da Mocidade; Murialdo; Ecos do Carmo; Vivências; *Despertar*.

No entendimento de que a imprensa pedagógica possibilita compreensões acerca das concepções e práticas pedagógicas, sobre ideologias, orientações e diferentes outros temas que cercam as pesquisas em História da Educação (BASTOS, 2005), optou-se por analisar a fonte produzida pelo órgão responsável pela gestão do ensino público Caxiense – o *Despertar*.

Definido o objeto, realizou-se a organização dos exemplares, seguida de uma leitura e do estabelecimento de critérios para a organização da planilha no *Microsoft Excel*,

com determinação de descritores (títulos) das colunas que orientaram o abastecimento dos dados nas respectivas linhas. Elencou-se categorias que foram indexadas em cada um dos registros realizados na planilha, totalizando-se 1840 dados cadastrados.

A partir das categorias (temas) iniciais, realizou-se uma segunda etapa para enquadrá-las em categorias-mãe, reunindo os assuntos por afinidade, e reconhecendo o número de recorrências. Desse trabalho, chegou-se as seguintes categorias: Administração Municipal; Escola; Civilidade; Ruralismo; Civismo; Família; Lúdico; Magistério; Natureza; Religiosidade; Urbanismo e Utilidades. A partir desses registros, levantou-se os assuntos com mais circulação e que compuseram o capítulo de análise: Ruralismo; Civilidade; Religiosidade e Civismo.

As reflexões a partir do tema Ruralismo possibilitaram o entendimento de que as concepções de educação rural trabalhadas pela gestão municipal estavam acordadas com as desenvolvidas em âmbito nacional, pelo movimento nacionalista brasileiro. E defendiam a oferta de atrativos às comunidades rurais visando conter o êxodo para a área urbana. Como as defendidas por Sud Menucci (1934) para a formação de um professor específico para a área rural, e de uma escola com um currículo adequado. O conteúdo do Despertar permitiu identificar uma série de ações implementadas, como a instalação de telefone; o oferecimento de atividades educativas/recreativas, como por exemplo, o “cinema ambulante”; a oferta de equipamentos para modernizar as técnicas agrícolas; a disseminação de orientações sobre agricultura e pecuária no jornal; a oferta de cursos para uma formação para os professores rurais, além da oferta de um curso especial da Escola Normal Rural dos padres Josefinos de Murialdo.

No que tange à categoria civilidade, do mesmo modo que a anterior, houve uma preocupação inspirada em um modelo nacional que orientava a população para a

adesão de práticas de saúde, higiene e de dadas condutas comportamentais, preparando os sujeitos para uma “nova” sociedade que emergia particularmente pela industrialização. O Despertar apresentou uma série de conteúdo, com colunas veiculadas em um número significativo de edições acerca desses temas. E, como explicou Stephanou “intentavam captar a confiança dos leitores através de uma didática que utilizava, em primeiro lugar, a própria linguagem – acessível, jocosa ou metafórica” (STEPHANOU, 2004, não paginado). A partir de desenhos/ quadrinhos com humor, uma boa parte desses assuntos adentrava o espaço rural caxiense.

Relativo à categoria religiosidade, observou-se que o tema era articulado a outros assuntos como o civismo e a civilidade. Havia uma espécie de “união de forças” entre a Igreja, católica e a gestão municipal para uma série de proposições. As docentes tinham uma atuação em atividades que envolviam a Igreja, e a Igreja orientava para condutas consonantes com as desejosas pelo poder público. Segundo Grazziotin (2010), a igreja católica esteve à frente da educação das “colônias”, iniciando na colonização, com a assistência, tanto religiosa, quanto em questões sociais, aos imigrantes. Os temas religiosos eram frequentemente divulgados no jornal sob a forma de orientações para o catecismo, para rituais religiosos, mas também surgiam no meio de homenagens em formato de orações em diferentes datas de um calendário escolar.

Acerca do civismo, apesar de não surgir como um editorial específico, conteúdos que tratavam sobre, foram localizados em 272 registros. Orientações sobre condutas e valores que estavam associados a um modelo de cidadão brasileiro. Instrução para práticas que tratavam sobre os símbolos da pátria, acerca da história e dos heróis nacionais. Divulgação de trabalhos e colaborações dos alunos que representavam a nação, o amor dos imigrantes/filhos para a nova pátria brasileira. Além das notícias de comemorações

que descrevem uma série de rituais para fortalecer os símbolos do país, como o hasteamento da bandeira, entoação do hino, entre outros.

Diante disso, entre as considerações, a de que o *Despertar* foi um meio para a propagação de orientações que visavam a educação escolar e extraescolar. Serviu como um elo para ligar e fortalecer a relação entre a gestão municipal e a comunidade rural. Também foi um suporte significativo para a consolidação e valorização da identidade dos sujeitos que viviam no espaço rural, abordando conteúdos apropriados às suas práticas e/ou que apresentavam soluções para os seus problemas. Apesar de ter sido produzido em um período de expansão da indústria e de urbanização da cidade, as concepções mais presentes em seu conteúdo indicam para uma influência do ruralismo pedagógico, possivelmente pela necessidade de criar alternativas para conter a migração para a área urbana, o que prejudicaria a produção agrícola local com representativa participação na economia local. E, ainda, o *Despertar* propõem contribuições ao trabalho dos docentes, promovendo a manutenção de conhecimentos.

Destaca-se, também, que o estudo possibilitou uma série de outros desdobramentos que já foram desenvolvidos em outras investigações e apresentados em eventos e em periódicos do campo da educação. Em particular, instigou um novo tema de pesquisa para um estudo que está sendo empreendido pela autora no doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, acerca do Cinema Educativo.

Referências

BASTOS, Maria Helena Câmara. As primaveras da Revista do Ensino: história de um projeto editorial (1951-1992). In: **A revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manoela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1988.

DEWES, Elisângela Cândido da Silva. **“O Despertar”: Uma história das práticas da educação rural em Caxias do Sul (1947-1954)**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

GRAZZIOTIN, Roque M. B. **Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do Sul – 1934 a 1952**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

MENNUCCI, Sud. **A crise brasileira de educação**. 2. ed. São Paulo: Editora Piratininga, 1934.

STEPHANOU, Maria. **Saúde, Higiene e Civilidade em Manaus**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/486.pdf>> Acesso em: 12 fevereiro de 2019.

CULTURA MATERIAL ESCOLAR: UM OLHAR PARA AS ESCOLAS ISOLADAS DE CAXIAS DO SUL (1890 – 1930)

Samanta Vanz
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

José Edimar de Souza
Doutor em Educação
Universidade de Caxias do Sul

O texto apresenta os resultados da pesquisa de mestrado intitulada *O Ensino Primário em Caxias do Sul (1890 – 1930): vestígios da cultura material escolar* (VANZ, 2019), cujo objetivo era compreender como os vestígios de objetos, artefatos e materiais presentes nas escolas primárias de Caxias do Sul entre os anos de 1890 e 1930 contribuíram para compor uma narrativa histórica sobre o ensino primário no município. Como recorte temporal, foi adotado o período entre 1890 e 1930: inicia em 1890, quando é fundado o município de Caxias do Sul, e finaliza em 1930, quando a Escola Complementar Duque de Caxias é inaugurada, fato este que influencia na formação dos professores da região e consequentemente no contexto da educação primária do município (BERGOZZA, 2010). Os pressupostos teórico-metodológicos deste estudo são ancorados na História Cultural, a partir do diálogo com historiadores como Burke (1992; 2008), Chartier (1990; 1991), Le Goff (1990) e Pesavento (2014). Ao utilizar a lente teórica da História Cultural, foi possível pensar nos sujeitos, seus cotidianos, a imaterialidade e a materialidade que permeiam as relações escolares, tomando a cultura como base para estudo de determinado espaço e tempo. A produção do sentido do

mundo, desta forma, é mediada pela cultura de uma época (PESAVENTO, 2014). Para possibilitar a tessitura teórica, também são utilizados os conceitos de cultura escolar a partir de Viñao Frago (1995), Julia (2001) e Escolano (2017). A cultura escolar, tomada como pressuposto a partir destes autores, caracteriza-se a partir da totalidade das experiências que se vivenciam nas instituições, os elementos constitutivos do processo de formação humana, na perspectiva de espaço, lugar, tempo, materialidade, práticas, ritos, condutas e memórias. A cultura escolar, que se relaciona com as práticas do ensinar e os comportamentos que emergem da interlocução dos sujeitos, possui dimensões que se estabelecem a partir de sua concepção funcional e simbólica, criando uma conexão entre os intramuros da instituição escolar e do mundo que a cerca. As dinâmicas das culturas escolares ocorrem por meio da interação destas dimensões, a empírica, a política e a científica, instituindo uma gramática própria que legitima a escola como um ambiente que produz cultura. A escola, como espaço produtor de cultura, evidencia em seus elementos materiais, como objetos, espaço, mobiliário, os vestígios de um sistema específico de valores. Como representação de um discurso constituído de símbolos estéticos, culturais e de certas ideologias, a cultura material das escolas permite pautar o estudo do material conectado a um tempo, deixando entrever vestígios que permitem identificar características do processo de escolarização. Para isso, a investigação mobilizou a metodologia da análise documental histórica, considerando como principais fontes documentais as correspondências de professores, inspetores escolares e intendentess municipais, solicitações e inventários escolares, relatórios da intendência, atos, decretos e jornais, presentes no acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, assim como a análise dos objetos preservados no Museu Municipal de Caxias do Sul. Como processo da relação entre a teoria, a metodologia e a empiria, emergiram categorias de análise que constituíram

o processo da escrita: os objetos identificados nos documentos foram organizados a partir de sua função, como *ler, escrever, contar, organizar e instruir outros conhecimentos*. A narrativa realizada por meio dos vestígios materiais identificados nas análises das fontes documentais permitiu compreender como o processo de escolarização foi se desenvolvendo no interior das escolas isoladas. Escolas estas que eram localizadas em diferentes locais do município, incluindo as áreas rurais, regiões de núcleos de colonização italiana. Foi comum no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa a solicitação de abertura de escola por parte destas comunidades de colonos italianos, assim como para o provimento de materiais básicos para o seu funcionamento. A materialidade identificada nas correspondências, solicitações e inventários permitiu recompor cenários em que as práticas se desenvolveram corroborando para o projeto republicano e positivista de progresso, civilização e pátria. Destaca-se que objetos escolares para ler, escrever e contar, assim como mobiliário e objetos que instruíam a partir das “lições de coisas”, que evidenciavam os modos de fazer, de adaptar e de produzir uma cultura escolar. O método intuitivo, conhecido como “lições de coisas”, seguia as orientações teórico-metodológicas da lógica indutiva, cujos materiais educacionais adequados, a qualificação docente e espaços físicos adequados eram premissas para a educação (CORSETTI, 2000). Essa nova abordagem da educação primária ampara a inserção de novos materiais didáticos e suportes físicos para ensino primário, sendo considerados recursos necessários para uma educação de caráter prático. A modernização pedagógica que era prevista no ensino republicano impactou nas práticas de ensino e na materialidade das escolas isoladas, sendo que a configuração das escolas demandou ajustes na política educacional, o que repercutiu na cultura escolar resultante destes processos de adaptação. Como elementos que constituíram e foram constituídos pelos espaços escolares, os objetos ganharam destaque como fatores de recorrência

nas solicitações dos professores e nas trocas de correspondência entre Inspetor e Intendente Municipal. Os objetos presentes nas aulas públicas municipais trazem semelhanças e singularidades em relação aos aparatos que circulavam no circuito de escolas públicas nacionais; pode-se falar, portanto, em uma rede que fomentava prescrições do funcionamento das aulas públicas não apenas a partir do currículo escolar, mas também dos objetos e espaços destinados à instrução adequada do sujeito republicano. Livros, manuais, classes, bancos, estrado, quadros-negros, ardósias, canetas bico de pena, régua, campainhas, mapas, bandeiras, tabuadas são alguns dos itens materiais inventariados na pesquisa que constituem a materialidade dos espaços das escolas isoladas. O estudo produzido traz indícios de uma rede de sujeitos envolvidos no processo de escolarização além de alunos e professores, como inspetores escolares, intendentes, fornecedores, impressos jornalísticos, as famílias dos alunos e a própria comunidade. Estes sujeitos contribuíram para a caracterização da cultura material das escolas isoladas de diferentes formas: prescrevendo usos, solicitando determinados materiais, realizando a mediação entre as escolas e o poder público, produzindo estes materiais, fornecendo-os. É possível ainda argumentar que as aulas públicas de Caxias do Sul careciam, muitas vezes, de materiais essenciais para se legitimar a pedagogia moderna prescrita pelos positivistas: havia mobiliário, presença de material didático e objetos para escrita; mas o que se percebe, em contrapartida, é a sua precariedade. As quantidades desses objetos muitas vezes não se faziam suficientes perante a quantidade de alunos que frequentavam as aulas, perceptível pela recorrência em solicitações. O contexto das escolas isoladas também evocou as discrepâncias existentes entre o discurso civilizador dos Grupos Escolares como representantes da educação republicana e a educação da sala-escola, que ocorria de maneira multisseriada, ministrada por apenas um professor. Apesar disto, observa-se a importância dessa cultura escolar como constituinte

do espaço escolar e mediadora das relações entre sujeitos, permitindo desenvolver condutas, práticas, instaurar rotinas, representações, refletindo nas formas de usos e apropriações por parte de professores e alunos. Os usos dos livros organizavam os alunos por seu adiantamento do nível do conhecimento, além de servir para as professoras como principal aparato para o ensino; na caligrafia, os objetos para a escrita são utilizados para a disciplina dos corpos e ordenação dos movimentos; as classes, escriturinhas e quadros-negros organizavam o espaço, conformando os corpos e doutrinando as mentes, dando ao professor a centralidade da atenção no processo de ensino; a campanha institui um tempo escolar próprio; os mapas e bandeiras reforçavam os valores simbólicos do nacionalismo. Os vestígios que foram analisados apontam para a afirmativa de que os objetos escolares eram importantes no processo de escolarização, mas que, diferentemente do prescrito, o método intuitivo foi pouco aplicado em aula, em que saberes práticos voltados para o ensino básico do ler, escrever e contar fizeram-se mais representativos. Por fim, reconhece-se que mesmo diante dos poucos recursos materiais existentes, houve movimento dos sujeitos envolvidos com a educação primária municipal para a constituição de uma cultura material escolar que contribuiu, dentro do cenário possível, para a formação dos filhos dos colonos que se estabeleceram na comunidade a partir do século XIX.

Referências

BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961)**. 2010. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2010.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas**

perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CORSETTI, Berenice. A construção do cidadão: os conteúdos escolares nas escolas públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. **História da Educação.** ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (8): p.175 – 192, set. 2000.

ESCOLANO, Augustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia.** Campinas: Alínea, 2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas: SBHE; Autores Associados, n.1, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora Unicamp, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VANZ, Samanta. O ensino primário em Caxias do Sul (1890-1930): vestígios da cultura

material escolar. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Tiempo, historia y educación. **Revista Complutense de Educación,** Madrid: Complutense, v.5 n.2, 1995.

TERRITÓRIO CORPO: A CONSCIENTIZAÇÃO DO CORPO FEMININO COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO

Natália Eilert Barella
Doutoranda Educação
Universidade de Caxias do Sul

Introdução

Pensando no corpo como primeiro e contínuo território habitado, este resumo expandido tem como objetivo principal apresentar algumas interlocuções entre o corpo feminino, território, construções sociais e relação com a natureza, propondo-se a investigar como este corpo é construído e percebido no imaginário social coletivo e alguns impactos dessas construções no panorama atual.

Inserese no GT História da Educação e Memória, uma vez que, a partir das referências utilizadas, podemos aferir que o corpo é um local onde se registra nossa memória pessoal e coletiva e que a partir dele se cria (ou se rompe) estruturas sociais, bem como, relações de ensino e aprendizado. A abordagem teórica utilizada para essa pesquisa tem base nas reflexões empreendidas por Clarissa Pinkola Estés, Merleau-Ponty, Mircea Eliade e Silvia Federici, e a metodologia utilizada será a revisão bibliográfica dos mesmos.

Resultados

Na fenomenologia de Merleau Ponty (1908 – 1961), o corpo humano, que abarca mais do que a conceituação biológica, é o lugar de onde se vive e onde se experiencia o mundo. Através da percepção deste mundo, ele é atra-

vessado pelo impacto dos fenômenos exteriores, e juntos formam sentidos vistos como realidade comum. Segundo Merleau-Ponty (1999), todo movimento feito pelo corpo possui em si próprio significados perceptivos.

No livro *Mulheres que correm com os lobos* (2014), Clarissa Pinkola Estés faz uma reflexão sobre o corpo feminino, e ambienta como a sociedade atual ensina às mulheres sobre como o corpo delas não é suficientemente bom, não importa a forma que tenha. Em um capítulo deste mesmo livro, a autora reflete sobre suas características físicas, provenientes de sua ascendência étnica e, em parceria com uma amiga, fenotipicamente muito diferente, vão em busca das raízes de tais características. O que elas encontram, mostra que as ramificações destas insatisfações são muito mais profundas e que apesar de antagônicas, suas formas causam o mesmo descontentamento. A partir desta experiência, ela reflete que quando se ensina a cultivar a não aceitação de seu próprio corpo para uma mulher, ensina-se também que ela não aceite os corpos das mulheres que vieram antes dela, suas ancestrais, bem como das que virão depois, suas filhas. Assim, se perpetua através do ensino e aprendizado uma corrente de desconexão e alienação sobre a importância e o valor do corpo.

Sua reflexão traz a consciência da conexão e do reconhecimento para o sentido de pertencimento. Ao não se sentir pertencente, a mulher neste caso, mas a pessoa amplificando, negocia a si mesma e ao seu corpo com muito mais facilidade, como se não tivesse valor. O não pertencimento e a mercantilização dos corpos mina a autoestima e a vitalidade, por conceber uma ideia de que estamos sozinhas, cada uma por si, lutando contra uma força invisível. Desta forma, nos tornamos extremamente fracas e confusas. Silvia Federici, no seu livro: *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), ainda complementa este pensamento quando escreve que para comercializar mais facilmente o corpo (e sua força

de trabalho), o sistema capitalista cria uma ilusão de que não se pode, e nem se deve, estar confortável com esse corpo como é, independentemente de como ele seja. Dessa forma, cria-se a falácia de que não existe corpo que deva estar suficientemente bom para as pessoas no capitalismo, sob pena de, caso contrário elas perceberem a ilusão e se libertarem.

O estar desconfortável com seu corpo, e todo o ataque direcionado a ele, como ele é, são as formas com que nosso território corpo pode ser tão facilmente colonizado. Tanto o corpo terrestre quanto o corpo humano, na atual conjuntura social, são comercializados, explorados e utilizados para os interesses alheios. Clarissa Pinkola Estés (2014) ainda nos traz mais reflexões sobre este corpo explorado quando demonstra que esses mesmos estímulos para que se domine e transforme o corpo feminino, nas atuais circunstâncias, também motivam que se aja da mesma forma em relação à Terra. Segundo a autora, toda a ferida na psique feminina possui correspondência com uma ferida no corpo terrestre.

A exploração da Terra e do corpo humano, neste caso do corpo feminino, tem grande ligação, uma vez que todos os seres humanos chegaram a esta existência habitando o corpo de uma mulher, e todos, posteriormente e até suas mortes, habitarão o corpo da Terra. O ataque a ambos os corpos é um ataque contra a própria existência humana. Um total esquecimento de onde estamos e de como chegamos.

Dentro da História da humanidade nem sempre foi assim. Muitas sociedades reconheciam a conexão corpo e natureza, reverenciando o corpo feminino como caminho de chegada a este planeta. A referência Terra e Mulher era constantemente utilizada. À parte disso, tínhamos rituais comuns que fortaleciam a todos como cultura, como um corpo comum, uma vez que nos relembavam de nossa natureza humana, de que somos feitos da mesma matéria,

focando nas nossas similitudes e no sentido comum de unidade (comunidade).

Mircea Eliade, em seu livro *O Sagrado e o Profano* (1992), reflete sobre o espaço sagrado, o local onde se decide viver juntos, o território coletivo. Segundo ele, cada vez que um grupo de pessoas, ou mesmo um indivíduo, se instala em um território ele assume a criação de um novo mundo, imitando a obra dos deuses, a chamada cosmogonia.

A partir desta importância, presente no território, compreende-se porque este conceito sempre foi tão forte durante toda a História. Também se pode perceber como ele foi sendo deturpado, uma vez que virou sinônimo de dominação e não mais de criação coletiva. Ao nos desconectarmos do elemento coletivo e da presença do não racional, caminhamos enquanto coletivo rumo a um caminho de desencontros e assincronismos.

A ideia do corpo como uma máquina, conceituada por Silvia Federici em seu livro *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017) faz referência ao corpo como algo mecânico, sem uma inteligência e sensibilidade própria, cada vez mais fácil de dominar e aprisionar. Esse conceito traz uma imagem elucidativa para auxiliar a pensar o corpo no atual sistema socioeconômico. O corpo como uma máquina, uma vez afastado da magia do corpo como um cosmos, e com movimentos cerceados, é a força motriz das sociedades atuais. É um constante afastar o caráter sagrado do corpo e transformá-lo em um produto, para assim mais facilmente manipulá-lo. Um corpo anestesiado que não percebe, inclusive, os golpes que desfere a si mesmo e ao todo.

Conclusões

A partir desta rápida revisão bibliográfica é possível afirmar que uma forma de dominação efetiva é a que age direcionada sobre os corpos, afinal é neste corpo que

guardamos as histórias, as vivências, a sabedoria e os aprendizados de todos os que nos antecederam.

Tecer uma relação direta com o processo educacional é instantâneo. É impossível compreender tal processo sem estabelecer uma relação com o seu próprio corpo e com o corpo do interlocutor.

Essa pesquisa é o início de um percurso de investigação que tem por direção aprofundar nos símbolos e percepções provenientes da relação humana com seus aspectos corporais e o impacto disso nesse grande corpo chamado Educação, resgatando a importância do mesmo no processo de ensino e aprendizagem.

Perceber como a atual sociedade capitalista onde estamos inseridos se consolida e mantém-se num esforço contínuo para dominar estes corpos, buscando impor padrões, gerar desconforto, adoecimento e uma sensação verdadeira de aprisionamento, pode ser um caminho profícuo na busca de algumas alternativas referentes a uma melhor relação humana, com a Terra e em âmbito educacional.

Para isso, acredito que precisamos habitar novamente nossos corpos, afinal, o corpo se lembra, ele é feito para isso. Só é preciso reconhecê-lo e movimentá-lo em sentidos que ampliem nossas possibilidades de novas consciências e ações.

Referências

ELIADE, Mircea. Eliade, **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTÊS, Clarissa Pinkola, **Mulheres que correm com os lobos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A FORMAÇÃO DO ALUNO TRABALHADOR EM CAXIAS DO SUL

Rodrigo Dullius
Doutor em Educação
Professor do IFRS – Campus Caxias do Sul

A educação profissional técnica tem se tornado cada vez mais relevante na atualidade, oferecendo uma formação rápida, prática e especializada, preparando os alunos para ingressarem no mercado de trabalho. Nesse contexto, esta pesquisa busca analisar o histórico da formação do trabalhador no município de Caxias do Sul, utilizando o acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami com base na abordagem arqueogenealógica de Michel Foucault.

O objetivo geral deste estudo é analisar elementos históricos da educação profissional e do ensino técnico em Caxias do Sul, identificando os principais documentos disponíveis no arquivo público municipal relacionados a essas áreas. Pretende-se também examinar os discursos e práticas presentes nesses documentos, a fim de compreender como a educação profissional e o ensino técnico foram desenvolvidos para o aluno trabalhador em Caxias do Sul.

Este resumo tem uma relação direta com o Grupo de Trabalho 02 (História da Educação e Memória), uma vez que aborda elementos históricos da educação profissional para o aluno trabalhador em Caxias do Sul, buscando estimular discussões sobre o percurso histórico do ensino técnico nesse município.

Quanto à metodologia, a pesquisa utiliza como fonte de dados os documentos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, relacionados à educação profissional e ao ensino técnico. A análise desses documen-

tos é realizada através da abordagem arqueogenealógica proposta por Michel Foucault (1972, 2005, 2014), que busca compreender as práticas e discursos presentes nas fontes históricas.

A seleção dos documentos mais relevantes para a análise leva em consideração aspectos como a produção, circulação e os discursos presentes neles. Além disso, a pesquisa se embasa em autores como Carvalho (2009), Cavaco (2013) e Fonseca (1986) para compreender as dificuldades históricas e os desafios enfrentados por essa forma de educação. Reconhece-se que o acesso a essa modalidade de ensino nem sempre foi democrático, especialmente para certos grupos sociais. Assim, este estudo tem como objetivo analisar como a educação profissional e o ensino técnico foram historicamente desenvolvidos em Caxias do Sul e como o aluno trabalhador foi inserido nesse contexto.

Espera-se que esta pesquisa contribua para uma melhor compreensão da história da educação profissional e do ensino técnico em Caxias do Sul. Além disso, pretende-se que a análise dos documentos sob a perspectiva genealógica de Michel Foucault possibilite uma reflexão crítica sobre as políticas públicas de educação profissional e ensino técnico nesse município.

Referências:

CARVALHO, R. M. Corporeidades e experiências: potencializando a educação de jovens e adultos (EJA). In: SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R. S. (Orgs.). **Práticas de educação de jovens e adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Estudos em EJA).

CAVACO, C. Formação de adultos poucos escolarizados: paradoxos da perspectiva de educação ao longo da vida. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 449-447, maio/ago. 2013.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. 5. v. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005

REPRESENTAÇÕES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DO MATERIAL AO IMATERIAL

Rosemeri Barreto Argenta
Doutora em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Este estudo tem o objetivo de apresentar a análise das representações da *Participação* e da ampliação do senso de *Solidariedade* e *Reciprocidade* elaboradas, a partir das memórias da formação profissional dos egressos do curso subsequente em agropecuária do IFRS – Campus Vacaria, no percurso profissionalizante, ocorrido no período de 2016-2018, onde a materialidade dos meios educacionais ganham caráter pedagógico, com reflexo na *práxis* educacional, dado que cumpre não apenas uma função educacional, mas uma que é social, que atinge a consciência coletiva e influi na sua identidade.

Imerso no campo da história e da filosofia, o estudo foi desenvolvido sob a perspectiva teórica da história cultural, com elementos extraídos da Tese de Doutorado em Educação sob o título *O Curso Técnico Subsequente em Agropecuária do IFRS – Campus Vacaria/RS: percursos em busca da profissionalização (2016-2018)*, a qual investigou as representações e os sentidos da formação profissional produzidos pelos egressos da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente do IFRS – Campus Vacaria. Como método, foi utilizado a História Oral na construção de fontes, mediante entrevistas semiestruturadas com estudantes egressos do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária do IFRS – Campus Vacaria.

Importante salientar que a educação é também um elemento social contemporâneo que cria, a partir de espa-

ços pré-determinados, possibilidades múltiplas de práticas formativas para o desenvolvimento integral do ser humano para exercer sua cidadania na sociedade e enfrentar o mundo do trabalho por intermédio de suas potencialidades, habilidades e competências. As instituições de ensino – por serem espaços formativos – são parte da vida e das experiências dos sujeitos e, como tal, contribuem dando sentido aos processos de ensino/aprendizagem.

O Campus Vacaria, enquanto unidade institucional do IFRS, é um dos espaços de práticas formativas, em que as relações sociais, políticas e culturais se estabelecem e são apropriadas pelos discentes, conduzindo-os a uma formação mais ampla de desenvolvimento como sujeitos socioculturais, com apropriação de competências e habilidades que reverberam social, política e economicamente em suas comunidades e região.

Como espaço educacional é produtor de conhecimentos e práticas, cujos resultados se configuram numa *práxis* pedagógica que é fonte da cultura escolar, a qual transcende a racionalidade instrumental da ação, buscando significações compartilhadas entre os sujeitos que podem atribuir sentidos às suas construções (BENITO, 2021).

Estas considerações ganham consistência a partir das análises das memórias coletivas dos egressos, que destacaram, entre outras, como representações da formação a participação e o senso de solidariedade e reciprocidade.

A Participação, surge em suas vozes como uma forma de colaborar com a gestão institucional na resolução das dificuldades de funcionamento do campus que afetavam, sobretudo, o processo de aprendizagem dos estudantes, tais como transporte coletivo, falta de espaços e materiais para aulas práticas, espaço de alimentação, esporte e lazer, etc.

Conforme suas memórias relatadas, suas participações foram além da institucional, foram também de cunho político, uma vez que suas vozes e movimentos junto a au-

toridades políticas da cidade de Vacaria contribuiu para a superação de várias dificuldades.

Já a Solidariedade aparece como uma variável do sistema democrático institucional, conformado nas relações sociais para responder às situações de desigualdade, pautado em valores éticos de igualdade, justiça social, respeito às diferenças e defesa de direitos sociais comuns a todos que pertencem ao grupo, mas sobretudo como uma ação coletiva de contribuir com os colegas de superarem as dificuldades encontradas no próprio campus, como a questão do transporte, através de caronas solidárias, numa perspectiva que transcende o mero assistencialismo, que tem na ajuda e na benemerência a sua origem, que apenas contribui para alargar a exclusão social.

A Reciprocidade esta intrinsecamente ligada as duas primeiras, uma vez que depende no nível de sociabilidade e interação social, numa perspectiva superada do ego-centrismo e do individualismo, por meio de processos de cooperação e de ajuda mutua, que só existem no equilíbrio das operações de reciprocidade, em correspondência entre as ações e as operações de pensamento individual e que estas sejam resultados de suas próprias convicções (Munari, 2010).

Estas três representações, fizeram parte da memória coletiva dos egressos e ganham importância por terem sido construídas por meio das experiências vividas no cotidiano institucional e formativo, com seus desafios e possibilidades a partir da materialidade escolar, passando a compor a cultura empírica da instituição, além da acadêmica. Vale dizer que muito da cultura empírica não se encontra planejado nas normativas, valores ou crenças institucionais e, por isso, são tratados como elementos invisíveis e silenciosos da escola, no entanto, fazem parte da *práxis* pedagógica, determinantes para o desenvolvimento sensorial, motor e cognitiva do estudante, além da promoverem a sociabilidade.

Também é certo, pontuar que as experiências que geraram estas memórias contribuíram de forma positiva com a cultura do Campus Vacaria, já que fazem parte do seu desenvolvimento e da sua história, bem como para o desenvolvimento formativo dos egressos. Pois, pode-se concordar com Benito (2021), ao defender que as práticas pedagógicas silenciosas do cotidiano escolar, mesmo sem fazer parte do currículo formal, contribuem, de forma direta, para as experiências formativas relevantes ao exercício da cidadania, tal como a materialidade institucional que, a partir das faltas contribuiu para a promoção de interações sociais que ampliaram suas participações e prol da defesa do direito à educação, objetivo comum de todos.

Ademais, destas interações, vínculos foram fortalecidos, identidades – institucional e pessoal – foram criadas, ressoando na formação profissional e na vida dos egressos, a exemplo, da institucionalização de um movimento estudantil, por meio do Grêmio Estudantil, no âmbito institucional. E, como resultado social do processo formativo, a constituição de uma rede de apoio e de negócios entre os eles, meio pelo qual trocam saberes, informações sobre fornecedores e emprego, e outros assuntos de interesse comum que, consequentemente, reverbera social e economicamente em suas vidas.

Referências

BENITO, Agustín Escolano. **Emoções e educação: a construção histórica da educação emocional**. Tradução e revisão técnica de Heloísa Helena Pimenta Rocha, Andréa Bezerra Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

BENITO, Agustín Escolano. La arquitectura como programa: espacio-escuela y curriculum. **Revista Historia de la Educación**, n. 12-13, p. 97-120, 1993-94.

COSTA, Elisabeth Garcia. **Educar para a solidariedade: o significado e a manifestação de uma nova consciência**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MEMÓRIAS DE EGRESSOS DE LETRAS SOBRE O ENSINO DA TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA (2003 – 2023)

Betânia Maria Lidington Lins
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

José Edimar de Souza
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Este estudo, em andamento, tem a proposta de investigar como licenciados rememoram sua trajetória formativa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e, a partir dessas lembranças, identificar as representações e sentidos que eles produzem sobre a implantação da referida temática no curso concluído e a extensão desse ensino na Educação Básica. A pesquisa é de perspectiva histórica e se insere na área da História da Educação, tomando por referência a Lei nº 10.639, de 09/01/2003, que instituiu no currículo oficial da Educação Básica a obrigatoriedade do ensino da temática afro-brasileira, cujos conteúdos devem ser ministrados em todos os componentes curriculares, mas em especial em Educação Artística, História e Literatura Brasileira. Com o pressuposto de que memórias de egressos podem contribuir para a reconstrução da história da implantação da temática afro-brasileira em cursos de Licenciatura, aprimorando as discussões sobre a condição formativa de licenciados, o objetivo principal é analisar como egressos da Licenciatura em Letras – Português da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/Campus Recife, formados entre 2003 e 2023, rememoram sua trajetória formativa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira, e, a

partir dessas lembranças, identificar as representações e sentidos produzidos por eles sobre a implantação da referida temática no curso concluído e a extensão desse ensino na Educação Básica. Os objetivos específicos são: conhecer a trajetória educacional dos egressos e os aspectos que os caracterizam; identificar as motivações sobre a escolha pelo curso concluído e as expectativas em torno dele; interpretar as representações e sentidos construídos sobre a formação profissional recebida para habilitá-los ao ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Básica; analisar a proposta curricular e demais documentos-base do curso de Licenciatura em Letras – Português da UFPE/*Campus* Recife e sua relação com o ensino da história e cultura afro-brasileira. A pesquisa está ancorada nos pressupostos da história cultural, apoiando-se nas interlocuções principais de Burke (1992, 2005), Chartier (2002) e Sandra Pesavento (2008), para buscar compreender a implantação do ensino da história e cultura afro-brasileira num curso de graduação, trazendo à tona as subjetividades dos sujeitos (Pesavento, 2008). Metodologicamente, memórias de egressos serão recolhidas a partir de entrevistas semiestruturadas baseadas na história oral, que propicia emergir conhecimentos e percepções dos indivíduos, reconstruindo eventos históricos (Halbwachs, 1990), as quais serão cotejadas com documentos do curso de Letras em análise, como Projeto Pedagógico do Curso, Matrizes Curriculares, Programas de Disciplinas, ou qualquer outro que seja evidenciado nas entrevistas ou no decorrer da pesquisa, cuja análise ficará sob as orientações de Alessandra Pimentel (2001) e Terciane Luchese (2014), que estruturaram procedimentos sobre a análise documental histórica. Três entrevistas-piloto já foram realizadas, trazendo indícios, segundo a concepção de Ginzburg (1989), de que há narrativas férteis para a construção de dados, bem como o Projeto Pedagógico dos Cursos, Matrizes Curriculares e Programas de Disciplinas indicam a existência de materiais relacionados à temática afro-brasileira. Assim, com o aporte

das discussões teórico-metodológicas desenvolvidas e da construção, análise e interpretação dos dados, este estudo tentará responder ao seguinte problema: Considerando que memórias reconstróem experiências humanas, como egressos de cursos de Licenciatura em Letras – Português, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *Campus Recife*, formados entre 2003 e 2023, rememoram a sua trajetória formativa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e, a partir dessas memórias, quais representações e sentidos eles produziram?

Referências

- BURKE, Peter. **A escrita da história cultural**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UESPI, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LUCHESE, Terciane Angela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 145-161, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/QYXgvgPRTCjP8cs7FZtz8bG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 de julho de 2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ACERVO DOCUMENTAL DA ESCOLA LA SALLE CARMO: UMA PROPOSTA PARA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Eliana Rela
Doutora em Informática na Educação
Universidade de Caxias do Sul

Daiane Pereira Vieira Lima
Mestranda em História
Universidade de Caxias do Sul

Esta pesquisa faz parte da construção da dissertação de mestrado em História que visa analisar e propor o arranjo do acervo documental produzido e guardado pela Escola no período de 1908 até 2020, com a finalidade da criação de uma constituição do Centro de Documentação e Memória dessa instituição escolar. Nesse horizonte, questiona-se qual é a proposta de arranjo documental que se adequa a uma instituição educacional de cunho religioso em atuação ininterruptamente desde 1908 e que apresenta documentação bi e tridimensional?

Ao longo dos anos o conceito de Patrimônio vem sofrendo muitas mudanças. Hoje, Patrimônio Cultural faz referência a “Patrimônio Histórico e Artístico”. Segundo a autora Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 59), “patrimônio é mais que simplesmente conjuntos de monumentos antigos, e sim é cultura, arte, histórias que marcam uma sociedade, em um contexto histórico”. A noção de Patrimônio Histórico tradicionalmente se refere à herança composta por um complexo de bens históricos. Mas, apesar de ainda pouco trabalhado, o fato é que os especialistas vêm continuamente substituindo o conceito de Patrimônio histórico pela expressão Patrimônio Cultural.

Contudo, ainda temos que explorar o Patrimônio de forma que as pessoas enxerguem esses monumentos não somente com uma visão de amplitude e magnitude, mas com uma visão histórica, de conhecimento de um passado que muito contribui para o nosso presente.

Dessa maneira, irei resgatar e valorizar um Patrimônio muito importante da cidade de Caxias do Sul por que ao longo de cento e quinze anos contribuiu para a formação da sociedade caxiense. Refiro-me ao Colégio La Salle Carmo, uma instituição de ensino centenário que guarda uma história de trabalho, amor e dedicação por parte dos irmãos lassalistas, que atualmente pertencem a uma rede denominada Rede La Salle.

No ano de 2022, fui desafiada, juntamente aos meus colegas dos sétimos anos a trabalhar com o tema Patrimônio. Logo, deparei-me com esse problema: como organizar todo o acervo documental do colégio?

A proposta de trabalho era inicialmente disponibilizar aos educandos uma discussão e um breve histórico do colégio, o qual contou com a participação do irmão diretor Roberto Carlos e com uma palestra de especialistas do Museu Municipal de Caxias do Sul. Em seguida, realizamos mostra de trabalhos, visitas guiadas, passeio a Foz, conhecendo outros patrimônios e, por fim, a criação de um “Minimundo sobre Patrimônios”.

No entanto, quando me deparei com a documentação do colégio (artigos, fotos, plantas arquitetônicas, diários, livros escritos em francês pelos irmãos, atas...) senti uma vontade imensa de organizar e tirar todos esses materiais das caixas e dos armários onde estavam armazenados e deixá-los visíveis e à disposição da comunidade escolar.

Tendo em vista os desafios que me aguardavam pela frente, busquei ajuda por meio do programa de Mestrado em História PPGHIS, a orientação da Dra. Eliana Relá. Para tanto, expus minhas inquietações e meu projeto de pesquisa. Após ser aceita pela banca, comecei a trabalhar com

esse acervo e a desenvolver minha pesquisa, que inicialmente, aborda a formação do colégio, com a chegada dos quatro irmãos franceses ao Brasil. No dia vinte e oito de janeiro de mil novecentos e oito, os Irmãos Xavier Domingos, Anastácio Pascal, Inocêncio Leão e Fabiano Alberto, instalaram-se em Caxias do Sul com a missão de trazer aos jovens caxienses os ensinamentos cristãos de São João Batista de La Salle. Com muito esforço e dedicação iniciaram a obra lassalista erguendo a estrutura da escola por partes. Tudo em etapas, pois os custos eram altos.

Hoje, o colégio é reconhecido pela sociedade como um centro educativo de qualidade, pois procura trazer em seu currículo profissionais de qualidade e comprometidos com a educação. Há algum tempo, tramita na Câmara Municipal de Caxias do Sul um projeto que o colégio deverá se adequar às normas estruturais e arquitetônicas de suas fachadas, uma vez que deve seguir o padrão do centro da cidade. Diante disso, este já se mobilizou e, com a ajuda de um arquiteto e engenheiro, enviou à prefeitura seu projeto com as modificações necessárias.

O educandário durante seu centenário formou milhares de alunos, que passaram seus ensinamentos a outras gerações. Hoje, conta com mil e quinhentos alunos e duzentos e vinte e cinco colaboradores, entre funcionários e professores e está localizado no coração da cidade. Como forma de homenagear esse colégio que tanto orgulho proporciona à comunidade caxiense, e as atividades realizadas pelos educandos é que senti a necessidade de criar um espaço aberto à comunidade, que reunirá documentos (fotos, plantas arquitetônicas, boletins, fichários) que contam a História deste local.

A mestrandia em questão, Daiane Lima, que leciona a disciplina de História para os alunos de 7º e 8º anos, Fundamental II, nesse colégio e a qual foi a organizadora do projeto de início do Resgate Cultural dessa instituição, pretende criar um acervo com a ajuda da direção da escola

e dos educandos. Muito terá de ser feito, mas com a colaboração de todos os envolvidos tenho a certeza que o produto final trará orgulho a todos.

Referências

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2009.

COMO FOI O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PROMOVIDO PELO CURSO NORMAL ASSUNTA FORTINI, DE BARÃO, NO RECORTE TEMPORAL DE 1962 A 1972

Fernanda Rodrigues Zanatta
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Terciane Ângela Luchese
Doutora em Educação
Universidade de Caxias do Sul

O presente texto apresenta a pesquisa em andamento, do Curso de Doutorado, no Programa de Pós Graduação em Educação, na linha de pesquisa em História e Filosofia da Educação, orientado pela professora Dra. Terciane Ângela Luchese que investiga como foi o processo histórico de formação de professores, promovido pelo Curso Normal Assunta Fortini, de Barão, no recorte temporal de 1962 a 1992. Na pesquisa da história educacional de uma instituição e um curso de formação de professores, no município de Barão/RS, apresenta-se a instituição do curso, da escola e as primeiras turmas, o currículo, primeiros professores, relacionados com a legislação vigente e os desdobramentos proporcionados pelas prescrições legais. O objetivo central é analisar como se deu a formação de professores, nessa instituição e nesse recorte temporal.

O estudo colabora para pensar o processo histórico educacional e suas transformações, onde ao longo dos séculos a educação formal foi se desenvolvendo com a criação de escolas e a formação docente. Para tanto, surgiram as escolas responsáveis pela profissionalização docente, as

escolas de curso normal. Nesse movimento educacional muitas escolas de curso normal foram criadas, entre elas a escola aqui selecionada, hoje denominado Instituto Estadual de Educação Assunta Fortini.

A presente pesquisa tem por objeto de estudos o Curso Normal da Escola Assunta Fortini de Barão, no Rio Grande do Sul (RS), criado no ano de 1962, com o intuito de formar professores para atender as escolas do local e da região. Sendo assim, investigar como foi o processo histórico de formação de professores no período de 1962 a 1992 é o escopo da pesquisa, que se insere no campo da História da Educação e colabora para a análise dos processos educativos da formação de professores nesse contexto, espaço e tempo.

A relevância desse estudo se dá por conta da singularidade do mesmo, dessa escola, da região do Vale do Caí, formadora de professores. Embora muitas pesquisas sobre o curso normal tenham sido realizadas, essa é a primeira da referida instituição a contribuir para a história da educação.

A escolha do recorte temporal se dá pelo marco de criação do Curso Normal na escola, que teve sua autorização no ano de 1962 e iniciou com a primeira turma efetivamente, em 1963, portanto a análise se dá nos primeiros anos do curso e abrange as primeiras turmas de professores ali formados, seguindo pelas primeiras três décadas de funcionamento.

O percurso de investigação é permeado por escolhas que se desdobram em outros questionamentos sobre o processo escolar, de formação de professores, nesse contexto. Dessa forma, a pesquisa busca compreender como era o local, no qual, a Escola Normal foi inserida; como estava estruturada a comunidade de Barão/RS; de que forma se deu a escolarização ali antes da Escola Normal; como se estruturou e se organizou o processo escolar para formar professores, entre outros questionamentos importantes.

Para organizar parte da história educacional da escola pesquisada, seleciono como objetivos específicos: analisar e sistematizar a história das escolas do centro de Barão até a criação, no ano de 1962, da Escola Normal, analisando as mudanças e prescrições legais; identificar a importância da escola como centro de desenvolvimento escolar, local e regional nos diversos aspectos: econômico, social e cultural e, contextualizar histórica e cronologicamente a criação do curso normal em Barão, suas dimensões e características.

A pesquisa tem sua fundamentação ancorada na História da Educação, em diálogo com a História Cultural, trazendo uma proposta que permite reconhecer as formas de como foi construída, pensada e dada a ler uma realidade social (CHARTIER, 2002). Sob essa ótica é que voltamos para as fontes, no intuito de compreender a instituição escolar e o curso de formação de professores, em que se pensa as categorias sujeitos, formação e culturas escolares. Metodologicamente, está sendo realizada a análise de documentos do acervo do Instituto Estadual de Educação Assunta Fortini. Os documentos dizem respeito às atas de reuniões de professores, reuniões de estágios, horas pedagógicas, fotos, livro de matrículas, livro ata de formaturas, convites, entre outros documentos que fazem parte do universo escolar. Também será utilizada a História Oral por meio de relatos, entrevistas e depoimentos.

A pesquisa aqui apresentada é uma pesquisa histórica, da História da Educação, apresentada a partir da perspectiva da História Cultural. Sob essa ótica são observados a história dos lugares, das instituições, dos processos ali produzidos e reproduzidos ao longo da história e guardados em fontes produzidas pelas instituições e sujeitos. A soma de todas as fontes, guardadas no acervo e nas memórias, são como “caixas pretas” (Vinão Frago, 2000) onde são que colaboram para compreender os modos de pensar, os discursos e as representações que foram produzidos nessa instituição. Nesse conjunto de indícios estão presentes a

história cultural, por meio dos conceitos de representações, as análises serão abordadas a partir dos estudos de Chartier (2002), Pesavento (2003), Certeau (2002). De acordo com Pesavento as representações carregam um simbolismo que evidencia além do que é visto, os sentidos ocultos. (PESAVENTO, 2003). Luchese colabora nessa reflexão acrescenta que o termo cultura escolar, ou culturas escolares ou ainda culturas da escola tem cada vez mais sendo utilizados em diferentes contextos e com diferentes objetivos para a construção e produção de conhecimentos (LUCHESE, 2007).

Os conceitos de memória e documentos/monumentos serão analisados à luz de Le Goff (1996). Já o conceito de cultura escolar considera os estudos de Vinão Frago (2000).

Além das fontes documentais, também será utilizada a memória oral, por meio entrevistas e análise de relatos, para reconstruir junto aos documentos e os demais indícios localizados um recorte dessa história local.

A proposta da pesquisa busca organizar de forma a primeiro tratar da contextualização local, o município de Barão/RS em seus âmbitos social, político, econômico e cultural; para após apresentar a escola objeto do estudo e a relação com Barão, bem como as propostas escolares que antecederam a instituição, de forma a compreender a necessidade de uma escola normal. Na sequência será aprofundado o início da escola, a partir do ano de 1962 e a formação de professores, as primeiras turmas e as questões que permeiam a cultura escolar para que, ao final se faça a análise dos resultados obtidos, nos quais se espera compreender as práticas estabelecidas na formação de professores.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 1.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n.11, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **Entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel. 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

LUCHESE, Terciane Ângela. O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2007, 494p. Tese (Doutorado em Educação) – São Leopoldo. Unisinos, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIÑAO FRAGO, El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico. Contemporaneidade e Educação (Temas de História da Educação), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000.

GT 3 – Interloquções com História da Educação, Imigração e Memória

O GT acolhe trabalhos resultado de investigação científica e que estejam em diálogo com a temática do evento.

Visa problematizar temáticas que desdobre e aprofundem a discussão sobre História da Educação, da imigração e dos usos da memória em perspectiva interdisciplinar.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO CATÓLICA EM SÃO GABRIEL-RS

Carlos Alberto Xavier Garcia
Universidade de Caxias do Sul
Doutorando em História

Mateus Borsatto
Universidade de Caxias do Sul
Mestrando em Educação

O trabalho refere-se a um estudo feito a partir do acervo de história da Educação no município de São Gabriel com relação ao Colégio Nsa. Sra. do Perpétuo Socorro, da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, oriundas de Brausberg (Alemanha) para a missão de educar seguindo os preceitos católicos da fundadora, Madre Regina Protmann, que criou uma ordem contemplativa ativa e dedicou-se a cuidar de crianças e enfermos na área da Educação e Saúde. As irmãs da Congregação de Santa Catarina chegaram a São Gabriel de trem, em 1909 e fundaram uma Escola para meninas. Com o passar dos anos a Escola passou por mudanças e permanece na cidade há mais de 100 anos, com a missão de educar dentro dos preceitos da congregação e da doutrina católica, agora não somente meninas, mas meninos também.

A Congregação das Irmãs de Santa Catarina V.M mantém as atividades educativas em São Gabriel, no RS, na região da fronteira oeste com uma escola mista que atende meninas e meninos desde o berçário até o nono ano do ensino fundamental. O estudo tem como referencial teórico a escrita da história da educação, através de autores como Peter Burke (1992), Roger Chartier (2002), além de Vidal & Faria Filho e outros (2004), Benito (2017), e Braun & Rhoden (2019).

A metodologia de estudo desenvolveu-se como base na pesquisa bibliográfica, bem como na leitura de documentos pertencentes à Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tais como panfletos alusivos ao processo de beatificação da fundadora da congregação, atas e recortes de jornais. Para compreendermos a existência da escola da Congregação em São Gabriel, se faz necessário recuarmos no tempo e buscar a origem da ordem e a chegada das irmãs ao Brasil.

Até a metade do século XVI existiam apenas ordens religiosas de Irmãs que viviam em reclusão nos conventos, o que chamam de clausura rigorosa, pois não podiam afastar-se dos mosteiros. Isso até que uma jovem chamada Regina Protmann, na cidade de Brausberg que era um principado e hoje pertence à Polônia, decidiu-se em 1571, em plena epidemia de peste bubônica, então com 19 anos de idade, fundar uma nova congregação religiosa de vida contemplativa ativa, ou seja, religiosas católicas que saíssem pelas ruas ajudar pobres e doentes.

A Irmã Regina Protmann era uma jovem que frequentava os estudos bíblicos dos Padres Jesuítas, para jovens e adolescentes, aos domingos, e assim estes foram os seus diretores espirituais. No mesmo ano da inauguração de um seminário no dia 25 de novembro, em homenagem a Santa Catarina de Alexandria, a Irmã Regina colocou sua comunidade religiosa sob proteção da mesma Santa.

O que os estudos sobre a Madre Regina apontam é que a religiosa imitou os jesuítas no que se refere à obra de educar, no caso, meninas que sofriam com o abandono e o descuido que ocorria naqueles tempos. O estudo acerca da imigração, religiosidade e educação católica é um tema de grande importância para a escola Perpétuo Socorro em São Gabriel, possui também relevância a história da madre Regina Protmann, suas contribuições para a educação. As fontes que serão analisadas (reportagem em jornal, livro da congregação, imagens) convidaram a ler mais a respeito e

proceder a uma pesquisa bibliográfica para compreender a escola confessional e a modernidade pedagógica pela qual passou ao longo de 100 anos de existência na comunidade gabrielense.

O trabalho de historiador nos leva a refletir sobre a história da Educação e a prática nos faz buscar o estilo, pois há temas, limites, possibilidades e questões diversas que precisamos definir afinal em um tema com recorte do que queremos pesquisar. Nesse sentido que optamos por imigração, religiosidade e educação católica, tendo como objeto de estudo a congregação das irmãs de Santa Catarina que possuem uma obra educacional em São Gabriel, na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, podemos perceber a importância que as escolas religiosas tiveram para a região. Muitas pessoas tiveram melhores condições de vida justamente por terem passado pelas escolas religiosas. Além de serem escolarizados, possuíam a educação religiosa e para a cidadania.

Referências

BENITO, Agustín Escolano. **A Escola como Cultura:** experiência, memória e arqueologia. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

BRAUN, Felipe Kuhn, Rhoden, Irmã Armela. **História das Irmãs de Santa Catarina:** Província Sul-Brasileira. São Leopoldo: Oikos, 2019.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** Zahar editores. 2. ed. 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Difel: Lisboa, 2002.

FILHO, Luciano Mendes, GONÇALVES, Irlen Antônio, VIDAL, Diana Gonçalves, PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

EDUCAÇÃO INDÍGENA KAINGANG: MEDIAÇÕES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS (CANELA/RS)

Maria Laura Brito Ortis¹ – Tariana¹

Pedagoga

Secretaria Municipal de Educação de Parobé

Introdução

Esta pesquisa aborda o estudo sobre a Educação Indígena Kaingang, em especial analisando um grupo que vive em Canela, Rio Grande do Sul, no reserva FLONA – Floresta Nacional do IBAMA. O intuito é analisar as mediações, as histórias e as memórias das práticas educativas vividas numa pequena aldeia situada no interior de um município gaúcho. Vivem dentro desse território um grupo de povos Indígenas kaingang. São nove famílias vivendo na aldeia Konhún Mág, em Canela.

Uma das dificuldades enfrentadas por esse grupo é não ter uma escola própria e a falta de professores indígenas capacitados que pudessem, diante da política educacional nacional, aplicar os conhecimentos e os conteúdos específicos à realidade dentro desta pequena aldeia, mesmo assim a característica mais importante deste grupo de Indígena é segundo Professor Mauricio Ven-tain Salvador atualmente Cacique da aldeia, “para nós a Floresta é uma escola, a gente faz saídas de campo para dentro da mata com as crianças. Elas são muito curiosas. Para não assustar muito elas, nós explicamos que os espíritos não estão aqui para judiar de nós, mas para nos ajudar em tudo o que precisamos. Nossas crianças já vêm tendo esse conhecimento desde cedo.”

¹ Indígena, da etnia Tariana (Talyáseri), tem o significado “filhos do sangue do trovão”, BIPÓ DIROÁ MASÍ, de origem Aruak,

E o professor Maurício também afirma que o ensinamento dos filhos é o valor coletivo. “De um ajudar o outro. Porque cada um tem seus talentos. Nós percebemos que, quando nossos filhos vão estudar numa escola não-indígena, fora da aldeia, o ensinamento que é colocado para eles é que devem ser os melhores, para conquistar o melhor cargo, o melhor emprego, a melhor função. Mas esse é o ensino de um não-indígena.

Diante dessa preocupação, bem como as práticas culturais indígenas da pequena aldeia, é que proponho à análise da preservação das práticas educativas culturais das tradições indígenas e o significado do resgate das mesmas tradições no século em que vivemos. Assim, por fim a pode inspirar na elaboração dos recursos e materiais didáticos, que sejam importantes à sobrevivência indígenas e ao desenvolvimento de sua riqueza cultural.

Problema

Considerando o grupo Kaingang que vive na Floresta Nacional do IBAMA em Canela, Rio Grande do Sul e seus processos de aprendizagem, o problema de pesquisa pode ser expresso por meio das perguntas: como as experiências vividas e compartilhadas permitem preservar as memórias e as histórias ancestrais? E como mediam os saberes construídos para preservação cultural?

De princípios as culturas indígenas dentro e fora da escola podem ser incorporadas como uma forma de aprendizagem com suas histórias e vivências. Para isso, é necessário a construção desse processo a partir de uma pesquisa mais abrangente e analisar quais são as mediações pedagógicas, que ainda contribuem para vivência da cultura e Educação indígena? Mediações? Histórias? Memórias?

Objetivo geral

Analisar como ocorre a preservação de saberes e culturas por meio de mediações no grupo Kaingang que

vivem em Canela/RS, pensando nas tradições, memórias e histórias.

Objetivos específicos

Estudar a história dos Kaingang no Rio Grande do Sul e do grupo que vive em Canela. Entrevistar e buscar compreender os saberes, a cultura e os modos de vida do grupo Indígena Kaingang que vivem em Canela.

Mapear e registrar as mediações culturais e os saberes ensinados para preservar as tradições, as memórias e as histórias do grupo Indígena Kaingang que mora na Floresta Nacional do IBAMA em Canela/RS.

Valorizar o processo de manifestação das práticas culturais indígenas dentro e fora da escola.

Metodologia

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, contempla a metodologia da História Oral com o intuito de escutar e valorizar os indígenas, de modo especial Kaingang, que inclui a oralidade, os costumes, a cultura e a tradição. O conhecimento da cultura e da tradição é repassado de geração em geração através da oralidade, assim os mais antigos transmitem os mitos, os modos de vida, o modo de ensinar as tradições e falar a língua Kaingang. Nos tempos atuais percebe-se a preocupação dos indígenas Kaingang em registrar, através da escrita, a memória ancestral, visto que os mais antigos conhecidos como biblioteca viva estão com tempo cada vez mais exíguo, assim através da escrita, a memória ancestral, visto que as pessoas mais velhas estão com seu tempo cada vez mais exíguo, tornando urgente a realização destes registros, para que não se percam as histórias Kaingang.

Portanto priorizarei com as entrevistas e o registro de depoimentos dos indígenas Kaingang da aldeia Konhún Mág, Canela, Rio Grande do Sul. A investigação relacionada ao tema da pesquisa proporciona-me conhecer e

refletir o passado, o que significa inclusive a entender Educação Indígena Kaingang: mediações, histórias e memórias (Canela/RS). Entender que o caminho de volta aos conhecimentos tradicionais está próximo é o mesmo que encontrar resposta para o problema de pesquisa, ou seja, é fazer reverência ao ensino não escolar que possibilita registrar saberes a partir da escrita, bem como a conclusão desta dissertação.

História dos povos indígenas kaingang no Rio Grande do Sul

A presença indígena no território que hoje chamamos de Brasil é muito antiga e, no caso do Rio Grande do Sul, as pesquisas sinalizam para o povoamento ao longo de doze milênios (KERN, 2009). Na dissertação de Braga (2015), se reconhece que

O indígena era visto como um sujeito sem história pela historiografia brasileira. E a matriz teórica deste pensamento, que tem suas origens no século XIX acabava condenando o nativo brasileiro ao desaparecimento e seus principais fundadores foram os pioneiros da historiografia no Brasil. Essas ideias encontraram espaços em setores da sociedade, se cristalizaram ao longo das décadas e ainda hoje se fazem presentes (BRAGA, 2015, p.15).

Sendo assim, muito antes da chegada dos portugueses em 1500, o Brasil era uma região habitada pelo menos por 5 milhões de nativos que viviam em condições diferentes. No caso do Rio Grande do Sul, Kern (2009, p. 60) afirma que “as vicissitudes destes contatos entre brancos ibéricos e sociedades indígenas ali instaladas geraram em parte o genocídio, mas igualmente uma importante miscigenação e as transformações culturais decorrentes”.

No balanço da colonização e imigração do nosso território, observa-se etapas sucessivas com um domínio cada vez maior do meio, baseado em novas técnicas, desenvolvidas fora da área e aqui adotadas para sustentar populações

cada vez mais numerosas. Em diversas dessas etapas participaram etnias diferentes, umas mais efetivas que outras em realizar uma vida humana satisfatória. Com relação aos Kaingangs, Braga (2015, p.10) informa:

A população indígena Kaingang localiza-se hoje, em sua maioria, no norte do Rio Grande do Sul. Nessa região, em meados do século XIX, foram fundados aldeamentos para este grupo. Eles vivem basicamente da agricultura, prática para a qual foram forçados a aprender e praticar (monocultura soja, milho), além, do artesanato que em momentos difíceis ajuda na renda das famílias indígenas.

Populações plenamente exitosas em momentos posteriores viveram situações de exclusão de seus territórios, muitos deles marginalizados e com dificuldades para acompanharem as mudanças e mesmo tendo problemas de sobrevivência. Na colonização da terra, que hoje é nossa, sucederam-se grupos europeus, africanos e asiáticos, cujas origens, costumes, tradições e realizações foram lembradas pelos seus descendentes.

No Rio Grande do Sul os povos nativos ficaram, na literatura, conhecidos como Charruas, Minuanos, Guaranis e Kaingang, estes últimos conhecidos como Guayaná, Coroados e Gualachos (BRAGA, 2015). No caso deste estudo interessa aprofundar um pouco mais sobre os Kaingangs.

O processo de colonização no Rio Grande do Sul, vinculando-o a colonização na região de Palmas e Guarapuava no Paraná, pelas implicações existentes e o envolvimento dos índios kaingang.

Vale ressaltar que as políticas agrícolas e indigenistas nas últimas décadas, são assuntos abordados e discutidos e o processo de incorporação da região ao mercado internacional e as implicações para os povos indígenas.

Quando parecia que as reservas iam ser destruídas e incorporadas definitivamente pelos colonos, os indígenas reaparecem no cenário político, enquanto movimento,

exigindo dos órgãos públicos as terras que haviam sido demarcadas, mas que foram expropriadas e destinadas à colonização. O movimento de reconquista das terras aliado às juntas para o resgate da cultura do povo kaingang são dois núcleos básicos para se compreender as comunidades indígenas no sul do Brasil na atualidade.

Vale ressaltar que nas regiões do Sul do Brasil com maior abrangência de florestas de araucárias(*Araucaria angustifolia*) era habitadas por grupos, especialmente de caçadores e coletores, com densidades populacionais relativamente baixas e altas mobilidades sazonal, sendo estes os ancestrais de etnia indígena hoje conhecida como kaingang. Os Kaingang foram sempre um povo numeroso e vivem em terras indígenas localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI, 2014), a população estima-se de 45.620 pessoas vivendo em mais de 40 Terras Indígenas, porém a cada ano aumenta a população, hoje não teríamos o número exato para confirmar quantas pessoas estima-se.

Segundo Gaudêncio (2021, p. 26):

O historiador português Gabriel Soares de Sousa viajou para o Brasil entre os anos de 1565e 1569, e publicou relatos da sua convivência com os índios durante a sua experiência como senhor de engenho e sertanista; nesta época, o trabalho escravo era composto por índios dos sertões circunvizinhos.

Nessas suas andança segundo Gaudêncio(2021), percebe-se que foi descobrindo o significados a expressão Tupi quer dizer “tio”, assim, Tupimbá (Tupinambá) significa “tio boa gente”, Tupiaem (Tupinaé) o “tio mau”, e Tupiikis (Tupiniquin) o “tio contíguo” ou o “Tupi do lado”. Estas definições são importantes para fazer interpretações dos textos mais antigos encontrados na literatura, em que muitas vezes se referem aos Tupinambá e Tupiniquins assim determinando uma divisão entre dois grupos indí-

genas: os Tupi (Tupinambá, Tupiniquin) e os Tapuia, com descrições opostas entre eles.

Os ancestrais antes dos séculos XX, da etnia Kaingang foram retratados e citados em obras coloniais por diversos nomes conforme o Gaudêncio(2021) fazendo menção aos ancestrais Kaingang citadas na literatura Veiga (1994)

Denominações	Autor	Ano
Wayganna	Wayganna Hans Staden	1557
Goainá, Goainazes, Guaianazes, Goayanas	Gabriel Soares de Souza	1587
Camperos, Cavelludos, Coronados, Gualachos	Nicolas Mastrillo Duran	1628
Gualachos, Ybiraiyras, Chiquis, Chequis	Antônio Ruiz de Montoya	1628
Guñanás, Pinares	Juan de la Cruz Cano y Olmedilla	1775
Guayanás, Guaianás	Padre Manuel Aires de Casal	1817
Coroados, Guaianás, Bugres	August SaintHilaire	1820
Caveres, TacTaia	Padre Francisco das Chagas Lima	1821
Camés, Votorões, Dorins, Jacfê	Padre Francisco das Chagas Lima	1842
Guayanazes	José Joaquim Machado de Oliveira	1846
Caengagn	Camilo Lellis da Silva	1849
Guanhanás	August SaintHilaire	1851
Kaingangues	Juan Ambrosetti	1894
Cainguangue, Caingang	Von Ihering	1904

Kaingang	Telêmaco Borba	1908
Botocudos de Santa Catarina e Paraná	Curt Nimuendajú	1946

Quadro 1. Fonte: adaptado de Gaudêncio (2021 p. 30).

Além desta fonte documental da identificação de diferentes denominações para a ancestralidade dos indígenas Kaingang, existem outros tipos de fontes, com mapas geográficos.

Os Kaingang foram sempre um povo numeroso. Pertencente cultural e linguisticamente ao tronco macro Je, família Jê.

Durante o período de colonização do Brasil muitas línguas indígenas foram extintas. Embora a língua não seja um fator importante na identificação de um povo indígena, ela é o principal elemento de reprodução dos conhecimentos tradicionais específicos em cada população, e as línguas indígenas brasileiras são classificadas por meio de famílias, troncos, línguas e dialetos.

Segundo Rodrigues (2013, p.19), a língua Kaingang pertence à família Jê do tronco Macro Jê e possui dialetos que se diferenciam pela sua estrutura e evidências fonológicas. Os cincodialetos são: Dialeto 1) São Paulo SP (entre os rios Tietê e Paranapanema); Dialeto

2) Paraná – PR (entre os rios Paranapanema e Iguaçu); Dialeto 3) Central – C (entre os rios Iguaçu e Uruguai); Dialeto 4) Sudoeste – SO (ao sul do rio Uruguai e a oeste do rio Passo Fundo); e o Dialeto 5) Sudeste E (ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo) (WIESEMANN, 1978). A escrita da língua Kaingang foi feita pela linguista Úrsula Wiesemann (1978), que estudou a gramática Kaingang e foi responsável pela fundação da escola Clara Camarão no Posto Indígena Guarita (no Estado do Rio Grande do Sul) para a formação de monitores indígenas na década de 1970.

Outras línguas faladas no mundo, que contém padronização e normatização linguística histórica, a escrita Kaingang existe há pouco tempo e não possui uma circulação escrita suficiente.

Nos séculos passados o povo Kaingang, tiveram, sistematicamente, seus territórios diminuídos, ocupados pela colonização. E durante o processo, teve muita resistência em defesa de suas terras, talvez porque seja um povo que, mitologicamente, explica a sua origem vinda da terra.

A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo; por isso têm cor de terra. Numa serra, não sei bem onde, no sudeste do estado do Paraná, dizem eles que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela se vão reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kayrú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kayrú e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamê e seus companheiros, pelo contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções

Os Kaingang também são reconhecidos pelo princípio cosmológico dualista: conforme Gaudêncio 2012, p.108.

Nos mitos kaingang, dois irmãos são primordiais: Kamê e Kajru. Juntos, produziram não apenas divisões entre a humanidade, mas também divisões entre todos os seres do cosmos: o Sol é Kamê e a Lua é Kajru; o Jémũje (lagarto) é Kamê, o Kajêr (macaco) é Kajru; persistência é Kamê, inovação é Kajru; objetos compridos são Kamê, objetos redondos são Kajru; Fág (pinheiro) é Kamê, Kênhkórá (Grápia) é Kajru. Assim, todos os seres (animais, vegetais, celestiais), objetos, relações, sentimentos e formas estão ligados à ancestralidade Kamê ou Kajru.

No período do XIX e XX, a imigração europeia deu continuidade ao processo de ocupação dos territórios nas Províncias de São Pedro e de Santa Catarina. e com o crescimento da população e a preocupação de povoar extensas áreas e na visão da Coroa a presença indígena não se constitui em ocupação dos territórios. diante disso foi feito um levantamento demográfico naquela época na província de São Pedro em 1803, e revelou que havia um número significativo de habitantes. Muitos anos depois o território de Passo Fundo, no é um dos quarto território do distrito de São Borja contava com poucos habitantes.

Referências

ALBERTI, Verona. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BRAGA, Danilo. A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002). Terra Indígena Serrinha. 153 fl. **Dissertação em História**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BRAGA, Cassia Araújo Moraes. Políticas Públicas e Povos indígenas. 109 fl – Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – Palmas, TO, 2019.

CLASTRES, Pierre. **Do etnocídio**. Arqueologia da violência. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CLAUDINO, Zaqueu Key. Kamë e Kajru: a dualidade fértil na cosmologia Kaingang. In. BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Claudino, Zaqueu Key, A Formação da Pessoa nos Pressupostos da Tradição. Educação Indígena Kaingang /118 fl. 2013.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais, **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29.

FERNADES, Evandro, BOCACCIO, Nora Cecilia Lima, LOPES, Vera Neusa. **Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. 1ª edição – Porto Alegre: UFRGS, 2016.

KERN, Arno Alvarez. Pré-História e Ocupação Humana. KERN, Arno Alvarez; SANTOS, Maria Cristina dos e GOLIN, Tau. **Povos Indígenas**. Vol. 5, Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-61.

RODRIGUES, A. D. (2013). **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB.

VOCACÃO, FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO: O COLÉGIO NOSSA SENHORA DE PATROCÍNIO – MG (1928-1971)

Alexandre Vitor Castro da Cruz
Mestre em Educação
Universidade Federal de Uberlândia

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do curso de Doutorado em Educação da Universidade de Uberaba. A temática em estudo está relacionada à trajetória das normalistas do Colégio Nossa Senhora de Patrocínio – MG (1928-1971). O recorte proposto justifica-se pela fundação da instituição em 1928 e 1971, quando o curso normal passa ser uma habilitação em magistério por meio da Lei no. 5.692/71. Busca-se apresentar aspirações do que podem ser as reflexões sobre as relações de gênero estabelecidas no contexto da formação docente oferecida em uma escola confessional católica no interior de Minas Gerais.

O objetivo desse excerto é analisar a trajetória das normalistas do Colégio Nossa Senhora de Patrocínio – MG (1928-1971) e sua influência nas relações de gênero estabelecidas no contexto da formação docente oferecida por uma escola confessional católica no interior de Minas Gerais.

A escola confessional católica desempenha um papel significativo na socialização de valores e normas de gênero, uma vez que muitas vezes se baseia em tradições e preceitos religiosos. Nesse sentido, a formação docente oferecida em uma escola confessional católica pode reproduzir ou

romper com estereótipos e desigualdades de gênero presentes na sociedade.

No caso do Colégio Nossa Senhora de Patrocínio, a formação docente era baseada nos princípios da educação católica, que enfatizava a importância da mulher para a família e para a sociedade. As normalistas eram preparadas para atuar como professoras, mas também como esposas e mães. Isso se refletia nas disciplinas que eram oferecidas no curso normal, que incluíam aulas de religião, educação moral e cívica, economia doméstica e educação física.

Ao abordar as relações de gênero na formação docente, é importante compreender como a educação pode reproduzir ou romper com estereótipos e desigualdades de gênero presentes na sociedade. Por sua vez, compreender qual o significado e a importância, dessa escola confessional católica, na socialização de valores e normas de gênero, muitas vezes baseando-se em tradições e preceitos religiosos?

Durante o período em análise, espera-se observar as transformações sociais, políticas e culturais que influenciaram a formação docente e as relações de gênero na educação. Essas mudanças podem ter impactado a maneira como as egressas dessa escola foram preparadas para atuar como professoras, esposas ou religiosas.

Através da análise do perfil das egressas dessa escola e de sua influência na educação regional, busca-se compreender como a formação docente pode contribuir para a reprodução ou transformação das relações de gênero na sociedade. É importante considerar se as egressas se tornaram agentes de mudança, desafiando estereótipos e promovendo uma educação mais igualitária, ou se reproduzirão padrões tradicionais de gênero nas práticas pedagógicas e nas relações com os alunos.

Além disso, a pesquisa será importante para perceber se as normalistas eram incentivadas a desenvolver qualidades como a submissão, a obediência e o amor ao próximo?

Sendo essas qualidades consideradas importantes para as mulheres, desse recorte histórico, pois as preparavam para o papel de esposa e mãe.

Busca-se relacionar as relações de gênero no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio e a organização fortemente hierarquizada. Se apenas freiras eram as superiores da escola e as normalistas eram suas subordinadas? Caso se perceba essa hierarquia refletir se ela condiz com a posição das mulheres na sociedade, que na época eram consideradas inferiores aos homens.

Na pesquisa em estágio inicial, explora-se a condição das normalistas em um tempo em que as mesmas estavam sujeitas a um conjunto de diretrizes e regulamentos que influenciavam suas vidas pessoais. Restrições como a proibição de namoro, uso de vestimentas curtas e maquiagem eram impostas, com o propósito de preservar a virgindade das normalistas e prepará-las para o casamento.

Perceber onde as normalistas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio desempenharam um papel relevante no âmbito educacional regional. Atuando como professoras em escolas públicas e privadas, além de assumirem cargos de direção e supervisão escolar. E, consequentemente, se foram e como foram responsáveis pela formação de outras mulheres, que também se tornaram professoras e educadoras.

Essas normalistas também se destacaram como agentes de transformação social, desafiando estereótipos de gênero e promovendo uma educação mais igualitária. Além disso, lutaram pelos direitos das mulheres e pelo aprimoramento da qualidade educacional.

A pesquisa sobre as relações de gênero no Colégio Nossa Senhora de Patrocínio pode contribuir para o entendimento sobre as reais finalidades de uma instituição confessional para meninas no interior de Minas Gerais. A investigação poderá compreender como a formação do-

cente pode contribuir para a reprodução ou transformação das relações de gênero na sociedade.

Para realizar essa investigação, será utilizada uma metodologia que envolve pesquisa bibliográfica e documental, bem como a realização de histórias orais, a fim de compreender a perspectiva das normalistas sobre suas trajetórias sociais e profissionais. Será necessário obter informações sobre a formação oferecida pelo Colégio Nossa Senhora de Patrocínio, bem como sobre as expectativas e vivências das egressas dentro e fora do ambiente escolar.

Através da pesquisa bibliográfica e documental, buscar-se-á uma compreensão mais ampla das transformações ocorridas na sociedade brasileira durante o período em análise, a fim de contextualizar as experiências das normalistas do Colégio Nossa Senhora de Patrocínio. Será necessário examinar estudos sobre a educação no país, bem como obras que abordem a temática da feminização do magistério e das relações de gênero na escola.

Além disso, serão realizadas entrevistas com as ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Patrocínio, a fim de captar suas vivências e percepções sobre a formação docente recebida e seu impacto em suas vidas pessoais e profissionais. Essas histórias orais permitirão uma compreensão mais profunda das experiências das normalistas e de como elas foram influenciadas pelos valores e normas de gênero transmitidos pela instituição.

No que diz respeito às referências clássicas sobre o tema, destacam-se obras como “Gênero, sexualidade e educação”, de Guacira Lopes Louro, que trata da participação feminina na docência, bem como a emergência de se trazer o debate de gênero e sexualidade para o campo da educação escolar. Outra obra relevante é “Instituições Escolares – por que e como pesquisar” de Paolo Nosella e Ester Buffa, que discute a relevância de se pesquisar a história e a filosofia de instituições escolares.

Em síntese, este trabalho busca compreender as relações de gênero estabelecidas no Colégio Nossa Senhora de Patrocínio – MG (1928-1971) e sua influência na formação docente das normalistas. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como a coleta de histórias orais das ex-alunas, a fim de ampliar o conhecimento sobre as expectativas, experiências e desdobramentos das egressas dessa instituição confessional no interior de Minas Gerais.

Referências

BRASIL. Lei no. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa normas para o ensino do primeiro e segundo graus e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 5655.

NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**/Paolo Nosella, Ester Buffa. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. Ed. 2.

A EDUCAÇÃO DE DESCENDENTES DE ITALIANOS NA RCI/RS: ALGUMAS PISTAS DE ENTREVISTAS

Manuela Ciconetto Bernardi
Doutoranda em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Este trabalho aborda algumas pistas localizadas em duas fontes provenientes do Instituto de Memória Histórica da Universidade de Caxias do Sul, do Projeto ECIRS – A influência da Escola na vida cultural das comunidades rurais. São entrevistas concedidas para Liane Beatriz Moretto Ribeiro, entre os anos de 1986 e 1988, por Helena Mosna Manfron e Ida Menegotto Poletto. O estudo possui por objetivo evidenciar indícios no que se refere à educação de descendentes de italianos, em especial as práticas de escrita e leitura realizadas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS). Mas cabe ressaltar que existem outras entrevistas e demais acervos que poderiam contribuir com a temática, mas devido a extensão do trabalho apenas essas foram selecionadas. As práticas de escrita e leitura aqui descritas poderiam ser ligadas à questão do espaço e do tempo, vendo sob uma ótica social, isto é, o tempo produzido por sujeitos ao revisitar a própria memória (SOUZA, 2015) por entrevistas elas nos indicam informações do grupo, da comunidade, do contexto, pensamentos e modos de viver de uma região e suas relações com o proposto do estudo, que é a escrita e a leitura. Nessa perspectiva cabe olhar para as pistas de modo amplo pensando um pouco além dos breves relatos. No que tange as duas entrevistas, entrelaço algumas das memórias das entrevistadas: Manfron (1988), contou que a escola étnica italiana, isto é, a escola com características próprias para o aprendizado de descendentes de italianos atendia o propósito de ensinar apenas o introdutório, ela explicou que

a sua mãe frequentou o Colégio das Irmãs em Garibaldi e que na vida adulta tinha o hábito de ler e escrever, Poletto (1986) também indicou que seu pai (ferreiro) também tinha o hábito, listando inclusive a assinatura dele por uma revista Salesiana, para Poletto (1986) ele se defendia bem com a escrita em seu trabalho na ferraria. Alguns dos pontos interessantes de análise se situam na finalidade da escola étnica em comparação com as escolas públicas instaladas e mesmo particulares, como era o caso do Colégio das Irmãs em Garibaldi. Chamadas de étnicas, as escolas foram uma solução inicial e de forma provisória para que fosse desenvolvido o ensino às crianças, mas também a explicação de Manfron (1988) nos revela de forma subjetiva a ânsia por escolas que incluiriam conhecimentos completos, esses que talvez seriam supridos pelas particulares e públicas, essa questão poderia estar ligada também ao ensino da língua portuguesa e a preparação para o contexto. Outra questão relevante é a relação entre os processos de escrita e leitura com o trabalho executado, por certo que existem profissões que certamente apresentam altos índices de alfabetismo, todavia coexistem alfabetizados com não alfabetizados em grande parte dos trabalhos (SILVA, 1991). O pai de Poletto (1986), como ela pontua, necessitava em algum grau dos conhecimentos para desempenhar as funções laborais o que também é interessante para pensarmos nas profissões da região e no grau de influência com os processos de escrita e leitura. Manfron (1988), também explicou a importância das escolas pela comunidade, para ela era muito importante e ninguém faltava na aula, sendo que os pais mandavam os filhos para a escola com o propósito de ser um bom cidadão. Manfron (1988) residia em Garibaldi e Pozenato e Giron (2004), afirmam que Garibaldi virou centro educacional da região e possuía maior porcentagem de alunos *versus* população em comparação com demais locais, mostrando a ênfase para movimentos em prol da instalação de escolas públicas desde as primeiras décadas de estabelecimento dos imigrantes. Mas a análise sobre a finalidade da

escola também é outra pista e deve estar relacionada aos conhecimentos adquiridos, conforme já discutido. A expansão das escolas seguiu diretrizes da política educacional dos dirigentes republicanos no período, a educação era vista como base para o progresso da nação e por isso também da expansão do ensino público, verbas e subvenções escolares nessas décadas pelo governo (CORSETTI, 1998). Nessa perspectiva “virar” um bom cidadão, conforme Manfron (1988), pode revelar uma visão de influência positivista do período. Em outro trecho da entrevista, Poletto (1986), explica que o pai lia revistas, jornais e sabia notícias do mundo por outros meios de comunicação, da mesma forma, é possível ver nela como filha, um reflexo das práticas do seu pai e um gosto pela escrita e leitura. Meios de comunicação serviam para os imigrantes e descendentes terem notícias da Itália e do Brasil e as trocas de correspondências e jornais amenizavam a carência de informações (POZENATO; GIRON, 2004), percebe-se a expansão de materiais de informações, nas primeiras décadas de estabelecimento dos imigrantes na RCI/RS, eles passam a ser produzidos e aumentam de forma gradativa. Este trabalho objetivou evidenciar pistas no que se refere à educação de descendentes de italianos, em especial pelas práticas de escrita e leitura resguardadas nas memórias das entrevistadas Helena Mosna Manfron e Ida Menegotto Poletto, produção realizada por Liane Beatriz Moretto Ribeiro entre os anos de 1986 e 1988 e aqui sintetizadas e problematizadas à luz da atualidade em confronto com demais fontes e, por fim, compreende-se que a memória será plural e compartilhada no grupo (SOUZA, 2015), nos possibilitando pensar na produção de sentidos e no estabelecimento de narrativas, não apenas para duas entrevistadas, mas no que elas indicam das histórias do grupo a que pertencem.

Referências

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo** – A escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). Santa Maria: UFSM, 1998.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MANFRON, Helena Mosna. **Entrevista oral**. 05 dez. 1988. Entrevista concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro. Instituto de Memória Histórica da Universidade de Caxias do Sul. Projeto ECIRS – A influência da Escola na vida cultural das comunidades rurais.

POLETO, Ida Menegotto. **Entrevista oral**. 18 ago. 1986. Entrevista concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro. Instituto de Memória Histórica da Universidade de Caxias do Sul. Projeto ECIRS – A influência da Escola na vida cultural das comunidades rurais.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

SILVA, Francisco Ribeiro da. **Barroco e escolarização**: taxas de alfabetização no Porto nos inícios dos séculos XVIII. *In*: Congresso Internacional do Barroco: Actas. II vol. Porto: FLUP, 1991. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20755>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2015.

CULTURA ESCOLAR DE ESCOLAS RURAIS: A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO DISTRITO DE HULHA NEGRA/ BAGÉ (1952-1992)

Simone Gomes de Faria
Doutoranda em Educação
Universidade Federal de Pelotas

Na Região da Campanha, no Estado do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes alemães se deslocam de Morro Redondo e Santa Coleta/ distrito de Pelotas, em busca de melhores condições de vida. Deste modo, em abril de 1925, Francisco Krenzinger inicia o processo de formação e desenvolvimento de uma Colônia Alemã na Hulha Negra, antigo distrito de Bagé.

Os migrantes organizaram suas instituições escolares e religiosas. Partindo disso, nosso objetivo central é analisar as singularidades da cultura escolar das instituições rurais evangélicas do município da Hulha Negra, no marco temporal, de 1952-1992, tendo como local de estudo a Escola Evangélica, a Escola Luterana Emanuel e a Escola da Sociedade dos Amigos da Colônia Salvador Jardim.

Estas instituições foram escolhidas porque inicialmente foram consolidadas como Escolas Comunitárias Luteranas para posteriormente se municipalizarem. Portanto, o estudo desta temática enseja aferir o processo histórico de formação educativa e religiosa neste singular espaço geográfico: zona de fronteira.

A metodologia de investigação conta com a análise documental (arquivos escolares, jornais, documentos de legislação educacional) na perspectiva dos estudos da área da História da Educação, em específico: imigração alemã e educação.

O trabalho está ancorado em conceitos norteadores como: cultura escolar de Julia (2001), Vinão (1995, 2001), Forquin (1993) e Escolano (1993); no ruralismo pedagógico nos amparamos em Quadros (2003, 2014); Werle (2007); Kreutz (1994); Ferri (1994); Weiduschadt (2007, 2015), Souza (2012) e Almeida (2009); e na categoria campo e *habitus* de Bourdieu (1994).

A abordagem metodológica de pesquisa é a História Local de Goubert (1972). Entrementes, através das proposições de Dacanal (1980), Christillino (2010), Klug (2009), Cunha (2017) e Piassini (2021) formulamos a hipótese que a imigração ocorrida na Região da Campanha apresentou um índice de desenvolvimento muito inferior das demais regiões do norte e nordeste do Estado gaúcho onde aconteceram processos migratórios. Dada a enorme extensão de áreas de campo natural pertencentes aos latifundiários revelou a concentração de renda nas mãos de poucos, embora estes viessem em busca de melhores condições não foram todos que conseguiram suprir suas necessidades através das atividades agrícolas, havendo muita mobilidade deles para outras áreas.

Ao retornarmos o objetivo central desta investigação, o de analisar a singularidade da cultura escolar é importante levarmos em consideração que essas particularidades educacionais se estruturam em uma unidade relacional entre o indivíduo e o coletivo, quer seja, o meio em que está inserido (educação-comunidade-religião). Para tanto, as singularidades são estabelecidas por meio de encadeamentos que se expressam de variadas formas.

Aqui, se busca trazer à tona as intencionalidades pedagógicas e religiosas destas instituições apontando os processos educacionais, os materiais didáticos utilizados, as reformas e tendências pedagógicas da época, os tempos e espaços escolares, a formação de professores averiguando as suas especificidades.

Ao estudarmos a cultura escolar de imigrantes alemães observamos que o sistema cultural obteve uma forma positiva ao se manifestar. Dentro deste interim, Lúcio Kreutz (2004) revela que o projeto comunitário entrelaçado com a religião não admitia crianças fora da escola. Assim, a escola era concebida como um local de perpetuação e continuidade das virtudes, da disciplina, da ordem, da pontualidade juntamente com os elementos básicos de ler, escrever, contar e do catecismo cristão com o envolvimento e participação dos pais dos alunos.

Entre as décadas de 1920-1930 se tem conhecimento da quase erradicação do analfabetismo em praticamente quase todas as comunidades rurais do Rio Grande do Sul quando a média nacional da população ainda estava próxima dos 80% de analfabetos.

A escola era vista como uma instância privilegiada para a formação de uma sociedade forte e independente, e por isso, houve por parte das regiões de colonização de língua alemã uma organização eficiente. Os alemães foram os que tiveram maior número de escolas étnicas com solidificada base para a formação de estruturas de apoio mútuo com base na própria tradição cultural.

Em síntese, as escolas rurais, confessionais e comunitárias são consideradas como uma experiência singular na história da educação brasileira, principalmente, pelo auxílio da escola e da imprensa. Houve fatores importantes para a sua perpetuação no Rio Grande do Sul, como a tradição escolar dos países de origem, a estrutura dos núcleos rurais, a homogeneidade étnica e religiosa, a presença de igrejas com lideranças fortes articulando a vida das comunidades para projetos comuns e a ação do governo brasileiro que favoreceu este processo.

Assim, a questão numérica de alfabetizados não é uma questão propriamente de etnia, mas, sim, baseados nas estruturas de sua formação que tece a articulação da vida com a respectiva comunidade com seu processo escolar.

Para tanto, a história da educação do país contou com a congeminação de esforços advindos das ideias entrelaçadas entre escola, família e comunidade, deixando um grande legado dessa experiência histórica. Ressaltamos que muitas comunidades se organizaram sem a participação de sacerdote, ou seja, nas colônias a construção da capela ou da igreja foi iniciativa de colonos que elegiam as diretorias e comissões construtoras. Elas funcionavam como centros de vida social e cultural formados por capela, cemitério, escola, salão de festa e campo esportivo.

A seguir vejamos algumas informações mais detalhadas a respeito das escolas de análise.

Escola Evangélica da Hulha Negra

A Escola Evangélica da Hulha Negra que foi fundada em 26 de janeiro de 1952, e que teve como professor paroquial Eloi Lerm – indicado pelo pastor do Sínodo da época: Reusch. O professor além de ministrar as classes era o diretor da escola, isto como, a escola particular deveria atender às normas do país de acordo com as normas espirituais da comunidade.

Ademais, tanto Lerm, como os subseqüentes professores paroquiais, deveriam ministrar o ensino religioso, confirmatório e realizar ofícios de urgência. A escola encerrou suas atividades em 1964. Pertenceu à IECLB. Assim sendo, em uma busca inicial das fontes escolares acerca desta instituição, descobrimos que não se encontram na Secretaria Municipal da Educação/SMEC.

Escola Evangélica Luterana Emanuel

A Comunidade Evangélica Luterana Emanuel, localizada na Trigolândia, pertencente ao Sínodo de Missouri, se organizou enquanto instituição escolar na década de 60. A criação da escola ocorreu em 1968 por meio do Decreto de nº: 856 de 19.11.86.

Colônia Salvador Jardim

A Colônia Salvador Jardim foi fundada a partir dos descendentes alemães da Trigolândia. Costuma-se dizer que são os “filhos da Trigolândia”, mas, sua localidade era denominada de Tupy Silveira.

Em 1964, vinte e três famílias de colonos compram lotes de terras da empresa Guaibarroz S.A, para o cultivo de trigo, milho, feijão, entre outros. Mas, apenas 21 famílias ali fixaram raízes. Não tardou muito para que fosse criado um local destinado a criarem laços de sociabilidade entre os moradores. É criada a Sociedade dos Amigos da Colônia Salvador Jardim e ao lado foi erguida a Igreja Ecumênica (1987).

Em abril de 1967 é realizada a primeira aula na escola particular Sociedade Amigos da Colônia Salvador Jardim que teve como primeira professora, Minna Martha Moersbaecher Vahl e Efrida Moersbaecher.

Neste limiar, o objetivo central de nossos encaminhamentos futuros é o de desvelar a cultura escolar tecida por estes imigrantes nestas instituições de análise, que por sua vez, almejavam desde os primórdios o progresso econômico e o desenvolvimento intelectual para seus filhos.

O nosso objeto de estudo consiste em compreendermos centralmente os aspectos da cultura escolar por meio da escrituração escolar já quantificada e que está em processo de análise. Por fim, o trabalho proposto visa trazer à tona uma parte esquecida da História da Educação do Rio Grande do Sul e servirá de subsídio tanto para historiadores locais, pesquisadores teuto-brasileiros entre outros que estudem etnicidade como para a própria população da antiga Colônia Rio Negro que desconhecem as representações e os valores propugnados por esta etnia em relação à educação e que serviu de base para sua própria construção identitária.

Referência

KREUTZ, Lúcio. **Professor Paroquial**: Magistério e Imigração alemã. Pelotas: Seiva, 2004.

A INVISIBILIDADE DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO BANDEIRANTE: GUAPORÉ- RS (1927-1945)

Gabriel Henrique Kintope de Oliveira
Mestrando em Educação
Universidade de Caxias do Sul

Mateus Borsatto
Mestrando em Educação
Universidade de Caxias do Sul

O presente resumo tem como objetivo analisar a institucionalização e a escolarização, da primeira escola pública de ensino primário de Guaporé, Rio Grande do Sul, entre 1927 e 1945. Saber ler, escrever e contar se traduziu, durante muito tempo como máxima da instrução elementar graduada. A pesquisa de natureza qualitativa fundamenta-se teoricamente na História Cultural, utilizando a metodologia de análise documental, tendo como fontes: atas, livros de registros de matrículas, bem como, outros documentos localizados no percurso da pesquisa. Analisando o contexto histórico e social da escola há registros acerca da inserção de pessoas com deficiência entre 1927-1945? Desta forma, procura dar visibilidade à instituição escolar, recompondo sua história como local de transformação de pessoas e da realidade social.

Analisando os documentos encontrados como livros de matrículas no período de 1927 a 1945, podemos constatar que não haviam matrículas de alunos com necessidades especiais. Nos registros podemos verificar em torno de 400 matrículas no recorte temporal citado, porém nenhuma

com evidências de ser aluno de inclusão. Ressalta-se que, esses sujeitos não tinham oportunidades ao acesso escolar, muitas vezes até abandonados, excluídos do convívio familiar e menosprezados socialmente. Não tinham relevância para a escola e para a sociedade. Como atualmente, nas avaliações de larga escala ainda os alunos atípicos não participam destas avaliações ficando invisíveis, como nos salienta Welter e Werle, 2021, p. 449: “A Nota Informativa do Ideb (INEP, 2011c), também disponibilizada no site do Inep, no espaço destinado a legislações que regulamentam o Ideb, descreve os critérios para as escolas que não receberam Ideb em 2011 e para as quais o cálculo não foi realizado: [...] d) escolas exclusivamente de Educação Especial.”

Após tantas políticas ligadas ao que tange à inclusão, ainda podemos perceber que este público está invisível para a educação brasileira, o que para Welter e Werle (2021) condiciona-se a situação de serem sujeitos “não vistos”, “vistos em partes”, “descartados” ou “excluídos”. Não participar em avaliações de larga escala é não ser visto no sistema educacional brasileiro. O que aconteceu no recorte temporal de 1927 a 1945, em nossos tempos atuais continua acontecendo, porém em uma outra perspectiva. Anteriormente os alunos não tinham lugar na escola. Atualmente eles estão matriculados, mas não participam destas avaliações tornando-os praticamente inexistentes no sistema de ensino brasileiro. Como nos enfatiza Welter e Werle (2021, p. 450): “Quantos estudantes estão fora da avaliação, se considerarmos as informações analisadas nos documentos do Inep? – Muitos!” E nesses muitos, estão presentes os alunos atípicos, sendo vistos apenas em partes na educação pública brasileira.

Podemos nos questionar, a inclusão é um desafio apenas de caráter contemporâneo ou perpassou-se por todos os momentos da história da humanidade? Há uma probabilidade considerável de que a inclusão sempre foi

um desafio. Ser diferente, de fato, é estar esquecido na sociedade brasileira e não ser visto. A partir destas provocações surgiu o interesse de “olhar” mais próximo a escola, objeto de estudo de minha pesquisa no que tange à inclusão.

Para Skliar, 2015, a inclusão perpassa por aspectos socioantropológicos e histórico-culturais. A educação inclusiva é um desafio colocado para as escolas na contemporaneidade. A inclusão implica em receber e conviver com o outro, é se deixar afetar, perturbar e viver. “A olhar sem julgamento, nem condenação prévia, a olhar para a possibilidade de outras existências diferentes da nossa, a fazer uma saudação disponível, a dar as boas-vindas, a perguntar, a dar vazão, a permitir, a possibilitar” [...] (SKLIAR, 2015, p. 27).

Em nosso contexto, precisamos dar pequenos passos, como nos enfatiza Skliar (2015), “gestualidade mínima, sem estridências”, para pensarmos no outro, no diferente, não com aspecto de igual para igual. Mas em suas individualidades e singularidades. Como ponto em comum a essência humana. Cada pessoa humana é singular, podemos ter aspectos semelhantes, mas a maneira de ser e pensar é única. Os educadores e instituições que regulamentam a educação como o Inep, precisam levar estes elementos destacados acima em consideração, propiciando o diálogo e a visibilidade destes que possuem necessidades especiais. “De fato, em muitas escolas, de muitos países, a inclusão parece estar associada precisamente com uma metáfora do abrir as portas das escolas, enquanto a exclusão teria a ver com a metáfora oposta: a dos portões fechados.” (SKLIAR, 2015, p. 25).

Como nos ressalta Skliar, não basta abrir as portas das escolas, receber os alunos com suas necessidades especiais e dizer que a inclusão está acontecendo. Perpassa para uma estrutura adequada, profissionais qualificados, materiais pedagógicos pertinentes e o mais importante, o olhar para esses alunos como pessoas possuidoras de qualidades e que

sim, são sujeitos que conseguem e podem aprender, muitas vezes dentro de suas limitações, mas é necessário acreditar nos pequenos avanços de cada educando. Este é o caminho para a sociedade e as políticas públicas olharem para estes educandos como pessoas pertencentes e ativos no meio onde estão inseridos, bem como nas políticas públicas.

É importante destacar a importância da Constituição Federal de 1988, onde inicia-se a garantia do direito à Educação a todos os brasileiros, através deste documento há um olhar diferenciado para as pessoas que possuem alguma necessidade especial, buscando incluí-las em espaços educativos formais. Alguns anos depois, com a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre a Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, que teve o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Em sequência a LDB 9394/1996, onde esta regulamenta a educação sendo direito para todos, inclusive para alunos com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, justifica-se a invisibilidade destes alunos na escola Bandeirante de 1927 a 1945, pois estes alunos por lei não tinham direito de frequentar uma escola. Podemos perceber que as políticas públicas como direito para pessoas com necessidades especiais no Brasil e mundo é recente, deixando claro esta invisibilidade nas escolas no período histórico anterior a LDB elaborada em 1996.

Após quase 100 anos, podemos perceber que ainda a inclusão não acontece de fato nas escolas e na sociedade brasileira. Anteriormente estas nem eram matriculadas, deixadas à mercê das famílias quando não eram abandonadas. Atualmente estas estão em escolas, muitas vezes desacreditadas pelos profissionais e invisíveis pelas políticas públicas. Esta invisibilidade atualmente como nos trazem Welter e Werle está relacionada às avaliações desenvolvi-

das pelo Inep. Sabemos que não havia as avaliações em larga escala de 1927 a 1945. O que há uma aproximação é a invisibilidade nos alunos que não tinham direito a estar em uma escola regular, e atualmente esta invisibilidade continua, pois, estes alunos não participam das avaliações em larga escala.

Skliar, nos descreve as dificuldades de inserção de alunos inclusos atualmente. Olhando para a história, essas dificuldades foram ainda mais acentuadas de 1927 a 1945. Analisando o contexto histórico e social da escola podemos constatar que não há registros acerca da inserção de pessoas com deficiência neste período histórico. Ainda há muito a evoluir na inclusão. Os desafios são muitos, porém é necessário acreditarmos nela como possibilidade de mudanças sociais.

Referências

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

SKLIAR, Carlos. **Incluir as diferenças?** Sobre um problema mal formulado e uma realidade insuportável. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 1 n.1 fev./maio 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/11724/11829> Acesso em 14/05/23.

WELTER, C. B; WELER, F. O. C. **Processos de invisibilização na avaliação em larga escala.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 441-460, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/CV8ZrCg9G8D7tKh57VJzY8q/#:~:text=Os%20processos%20de%20invisibiliza%C3%A7%C3%A3o%20envolvem,e%20pareceres%20internos%20do%20Inep.>> Acesso em 14/05/23.

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO EM FLORES DA CUNHA/RS: O GRUPO ESCOLAR FREI CANECA (1925-1940)

Rafael de Souza Pinheiro
Mestre em Educação
Universidade de Caxias do Sul

O presente estudo buscou produzir uma narrativa investigativa acerca das práticas de escolarização desenvolvidas no Grupo Escolar Frei Caneca, na cidade de Flores da Cunha/RS, entre os anos 1925 e 1940, considerando as articulações políticas e sociais do período. O ano de 1925 é marcado pela criação do Grupo Escolar, oriunda da Emancipação Política de Flores da Cunha (antes Nova Trento), em 1924. Já o ano de 1940, pode ser caracterizado por sua nova construção e nomenclatura, através de movimentações da Secretaria da Educação do Estado, com cunho nacionalista do período. Sendo assim, objetivou-se analisar e compreender os processos de escolarização que permearam o Grupo Escolar, identificando-os e caracterizando as práticas escolares presentes nas fontes documentais analisadas, tendo como metodologia aplicada a análise documental, a partir de Livros de Atas, fragmentos de jornais e fotografias que contemplam o recorte e a temática analisada. Em relação aos pressupostos teóricos utilizados, estão elencados a História Cultural, fundamentando-se em Chartier (1990), Pesavento (1998), e a História da Educação, tendo como aporte estudos de Escolano Benito (2017), Diana Vidal (2006) e Stephanou. Flores da Cunha recebeu seus primeiros imigrantes italianos a partir de 1876. Em 1924, ocorreu, junto ao Presidente do Estado, pedido emancipatório, em virtude do desenvolvimento econômico e pelos altos tributos pagos à Sede de Caxias,

com retornos e investimentos mínimos à localidade. Com a emancipação política, em 1924, ocorre junto à Secretaria da Instrução Pública movimentações para a criação do Grupo Escolar. Assim, a implantação de um edifício escolar modifica a paisagem local, e posteriormente gera a vinda de professores. Em 1935, ocorre a alteração do nome de Nova Trento para Flores da Cunha, em forma de homenagem ao então governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, em virtude das relações de proximidade com o prefeito municipal Heitor Curra. Em relação ao período analisado (1925-1940), foi possível identificar a influência nacionalista presente e permeando os processos de escolarização, de forma especial nas comemorações festivas, ritos, desfiles e exames. As festividades, marcando diferentes momentos do calendário escolar, se caracterizam pela presença e enaltecimento de símbolos nacionais, e ordenamento de corpos, como forma de difundir os ideais políticos republicanos. Sobre os exames escolares, tornam-se instrumentos para medir conhecimentos e aptidões dos estudantes em diversos períodos do ano letivo, que se transformam em festas de encerramento. Sendo assim, esta pesquisa vai além de contar a história de uma instituição escolar, apresentando-se como produção histórica e memorialista do Grupo Escolar Frei Caneca, como meio de contribuir para outras pesquisas, de maneira especial aos processos escolares emergentes em outras localidades.

Referências

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A Escola como cultura: experiência, memória, arqueologia**. Ed. Alínea, Campinas, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimpressão. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971).** Campinas, São Paulo. 2006.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

